

GUILHERME DA ROCHA BEZERRA COSTA

**REFLEXÃO SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA INGLATERRA DOS
SÉCULOS XVII AO XIX & A DO BRASIL NO SÉCULO XXI**

Monografia apresentada como requisito
parcial à conclusão do Curso de
Ciências Econômicas, Setor de Ciências
Sociais Aplicadas, Universidade Federal
do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Adriana Sbicca
Fernandes.

**CURITIBA
2004**

GUILHERME DA ROCHA BEZERRA COSTA

**REFLEXÃO SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA INGLATERRA DOS
SÉCULOS XVII AO XIX & A DO BRASIL NO SÉCULO XXI**

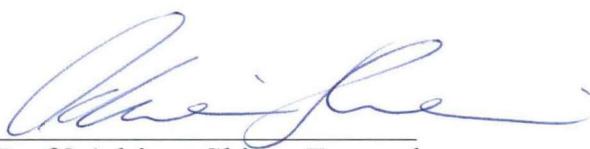
**CURITIBA
2004**

TERMO DE APROVAÇÃO

GUILHERME DA ROCHA BEZERRA COSTA

REFLEXÃO SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA INGLATERRA DOS
SÉCULOS XVII AO XIX & A DO BRASIL NO SÉCULO XXI

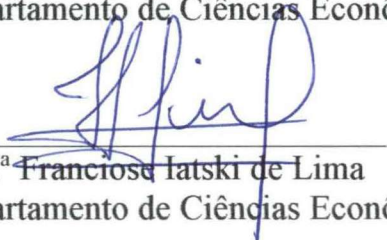
Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel
no Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do
Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Orientadora: Prof.ª Adriana Sbicca Fernandes
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Prof. Divonzir Lopes Beloto
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Prof.ª Franciose Iatski de Lima
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, Dezembro de 2004

Dedico esta monografia a minha
família e amigos que tornaram
este trabalho possível.

SUMÁRIO

RESUMO.....	ii
ABSTRACT.....	iii
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA INGLESA QUE FUNDAMENTOU OS IDEAIS DOS ECONOMISTAS DO SÉCULO XVIII E XIX.....	3
2.1 Quem é o Ajudado da Inglaterra do séc. XVII E XIX, Quem o Ajuda e como é esta Ajuda.....	7
2.2 Das tentativas de Contingência.....	10
2.3 Do Estado à Nação.....	11
2.4 Pobreza e Utilidade.....	11
3 AS VISÕES DE THOMAS ROBERT MALTHUS E WILLIAM GODWIN SOBRE O AUXÍLIO AOS POBRES.....	14
3.1 Contribuições de Godwin e Malthus.....	16
4 A POBREZA NO BRASIL NOS SÉCULOS XX & XXI.....	27
4.1 O Brasil do século XXI, sua Origem e Realidade.....	27
4.2 Introdução - Programas de Caráter Social Implementados na cidade de São Paulo.....	35
4.3 Programas de Caráter Social Implementados em São Paulo – SP.....	37
4.4 Conclusão – Reflexões sobre a Assistência Social.....	49
5 REFERÊNCIA.....	50
6 APÊNDICES.....	52

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre os pensamentos de Thomas Robert Malthus, William Godwin e Mareio Pochmann sobre a Assistência Social. Cada pensamento sendo analisado separadamente em seu tempo e realidade, havendo o entrelaçamento desses pensamentos somente posteriormente a exposição dos mesmos. Os locais a serem analisados serão a Inglaterra dos séculos XVII ao XIX (com Malthus e Godwin) e a cidade de São Paulo do século XXI (com Pochmann) tendo o propósito de criar indagações sobre a realidade deste novo milênio sobre a assistência social, sendo esta realidade comparada com a realidade vivida na Inglaterra nos séculos passados já citados para que assim sejam encontradas diferenças e similaridades com as políticas de cunho social entre períodos tão ricos sobre o tema, e tratado por autores tão renomados.

ABSTRACT

This essay intend a reflection about the thoughts of Thomas Robert Malthus, William Godwin and Mareio Pochmann about the Social Care. Each thought being analyzed separately in your time and reality, happening the fusion of this thoughts just after the exposition of the same ones. The places to be analyzed will be the England from the seventieth trough ninetieth century (with Malthus and Godwin) as the city of São Paulo of the twenty first century (with Pochamnn) having the main goal of creating reflections about the reality of this new millenium about the social care, being his reality compared with the reality lived in England on those pass on by centuries so that thus be found differences and similarities with the politics of social matrix between periods so rich about the topic, and debated for well known writers.

INTRODUÇÃO

Nesta monografia que se inicia tratarei de temas por demais polêmicos, e ainda o farei de forma a contemplar períodos históricos distintos. O assunto a ser tratado é a assistência social, este ato de socorrer aquele que com seus próprios sustentos não conseguiria ter um padrão de vida digno de um ser humano. Tratarei então como ela se dá na Inglaterra dos séculos XVII ao XIX e tecer comentários comparativos com a assistência social que se tem hoje, na cidade de São Paulo do século XXI. O objetivo não é fazer uma análise ao longo da história, mas sim analisar esses dois pontos da história para que assim se possa ter uma imagem distinta de ambos os períodos.

Isto será feito com o intuito de analisar o atual momento sem esquecer o passado histórico que acompanha a evolução deste tema, e a Inglaterra desta época pode ser considerada o início de pensamentos voltados diretamente para o tema tratado e ainda sendo o berço de diversos autores renomados.

Sendo assim, escolhi dois autores conhecidos do século XIX para tratar deste assunto, Sir William Godwin e Thomas Robert Malthus, com isto exporei a visão um tanto quanto mais utópica de Godwin, e a visão mais utilitarista e direta de Malthus. Já no presente, exporei Mareio Pochmann, autor de diversos livros relacionados ao tema, e colaborador de diversos programas ligados a assistência social em São Paulo. O motivo de ter escolhido São Paulo é a sua representatividade no contexto brasileiro, dado o seu tamanho e por ser a cidade mais cosmopolita do Brasil.

Explicitarei as políticas de ambos os períodos para que assim possa ser feita uma análise pontual de dois períodos históricos tão distintos, mas que como veremos se mostrarão por demais similares em suas concepções básicas.

Não esquecendo de explicar em um capítulo separado como era a Inglaterra de períodos tão distante, para que assim o leitor possa historicamente e socialmente se situar no tempo e espaço com qualidade, já que utilizei Robert Castel como base para esta exposição. Notaremos que nesta época, diferente de 2004 a base da assistência social se amparava na igreja católica enquanto hoje é o governo e mesmo de ordem privada. Sabendo disto o primeiro capítulo tratará exatamente disto como segue.

1 SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA INGLESA QUE FUNDAMENTOU OS IDEAIS DOS ECONOMISTAS DO SÉCULO XVII AO XIX.

No meio rural

A agricultura era praticada na Inglaterra, bem como no restante da Europa, através de métodos e de instrumentos ainda bastante primitivo. O cultivo do solo, realizado pelo sistema medieval do arroteamento trienal, deixava o campo improdutivo durante um ano em três, para recuperação da fertilidade. Os arados eram rudimentares e as forragens insuficientes para a alimentação dos rebanhos durante o inverno, tornando-se necessário abatê-los em grande número no outono. (INDUSTRIAL, 2004)

A solução imposta para a baixa produtividade no campo foi a implementação da Lei dos Cercamentos em meados do século XVIII, com isto o Estado procurava dar o campo para os ricos e capazes de aumentar a produção, delimitando a área de sua propriedade. Enquanto tirava do campo o camponês que trabalhava somente para sua subsistência e o forçava a ir para a cidade a procura de um novo meio de vida. Isto pois,

Depois de 1815, não só os pobres, como também os próprios fazendeiros, sentiram a força da transformação na agricultura. (...) As soluções propostas pelos economistas das cidades foram por eles consideradas inteiramente insatisfatórias: que as fazendas antieconômicas deveriam cessar suas atividades até que restassem apenas as econômicas, e que os pobres desempregados não deveriam ser mantidos de modo antieconômico, e sim mandados a procurar por si empregos onde arranjassem, aos salários determinados pelo mercado. (HOBSBAWM, 1983 p. 93)

Tendo este grande problema em vista e ainda deparando-se com o fato de que

Mesmo em meados do séc. XVIII a agricultura já não representava para a economia da Grã-bretanha o mesmo que ainda era para a maioria dos demais países, e em 1800 provavelmente não ocupava mais que um terço da população, contribuindo com igual parcela para a renda nacional. Entretanto, causa uma impressão social muito maior do que seria de esperar a sua contribuição para a economia, e isso devido a dois motivos. Em primeiro lugar, era o alicerce indispensável das atividades econômicas, pois não havia nenhuma outra fonte regular para a alimentação do país. Podia-se importar pequenas quantidades de alimentos, mas até meados do séc. XIX a tecnologia e os custos dos transportes não permitiam que o grosso de uma nação – mesmo que dispusesse de tantos portos marítimos como a Grã-Bretanha – fosse alimentado regularmente com importações do exterior. (...) O segundo motivo para a preeminência da agricultura estava no fato de os proprietários de terras dominarem a política e a vida social Britânicas. (HOBSBAWM, 1983 p.90).

Já no meio urbano do século XVII e antes, a produção era realizada de forma artesanal, onde todas as etapas do processo produtivo requeriam a presença do ser humano, e era realizado na própria casa do artesão, o qual possuía todas as ferramentas e matérias-primas necessárias para a objetivação do produto, no máximo o artesão tinha um ajudante. Mesmo assim, não havia divisão do trabalho (no sentido de produção por etapas com diversas pessoas realizando funções independentes de produção que no fim se caracterizam no produto acabado) ou especialização de nenhuma forma.

Foi em meio deste cenário que insurgiu a Revolução Industrial com a utilização de máquinas a vapor durante o processo produtivo, dinamizando a produção, pois neste ponto da história, começou a intensificar a divisão do trabalho, onde o trabalhador não mais precisava saber de todo o processo produtivo, ele se especializava em uma parte do processo, e a fazia repetidas vezes, junto com outros tantos trabalhadores, para que no final o produto fosse um bem que todos tiveram sua cota de participação em sua construção. Esta “nova” modalidade de trabalho atraiu muitas pessoas que no campo só subsistiam, e que agora viam na cidade a grande oportunidade de vida, haja a vista que no campo os cercamentos expulsaram um grande número de pessoas que ao invés de trabalharem no campo migraram para as cidades em procura de emprego.

Essa realidade urbana era diferente quando o trabalhador rural chegava a cidade, ele se via obrigado a trabalhar sob condições inapropriadas e morando em lugares insalubres, pela novidade da situação o Estado não tinha nenhum aparato legal a essa nova classe social que estava surgindo, o proletariado.

Com isto na Inglaterra do século XVIII tinha-se

Progresso econômico e técnico, iniciativa privada e aquilo que hoje chamariamos de liberalismo – tudo isto era manifesto. No entanto, ninguém esperava a iminente transformação do país por uma revolução industrial – nem mesmo os viajantes que visitavam a Grã-Bretanha no começo da década de 1780, um momento no qual, como sabemos, a revolução já tivera início. Poucos esperavam sua iminente explosão populacional, que em pouco tempo viria aumentar a população da Inglaterra e de Gales de talvez 6.500.000 habitantes para mais de 9.000.000 em 1801 e para 16.000.000 em 1841. (HOBSBAWM, 1983, p.27).

Mas mesmo assim

A sociedade do século dezoito resistiu, inconscientemente, a qualquer tentativa de transformá-la em mero apêndice do mercado. Não era concebível uma economia de mercado que não incluísse um mercado de trabalho, mas estabeleceu-lo, especialmente na civilização rural da Inglaterra, significava nada menos do que destruir totalmente o tecido tradicional da sociedade. Mesmo durante o período mais ativo da Revolução Industrial, de 1795 a 1834, impediu-se a criação de um mercado de trabalho na Inglaterra através da Speenhamland Law (Lei Speenhamland). (POLANYI, 1980, p. 89).

Como veremos no próximo capítulo, a Inglaterra tinha em vigor o Decreto de Domicílio (1662) que vigorou até 1795, este decreto estabelecia onde as pessoas podiam trabalhar levando-se em conta o local da sua residência, sobre este decreto o cidadão só poderia trabalhar até uma determinada distância de sua casa. No ano em que este decreto foi deixado de lado e a sociedade iria começar a usufruir maiores liberdades, e ter um mercado de trabalho competitivo e dinâmico foi implementada a Lei Speenhamland que durou até 1834, que nada mais era do que um abono salarial, que fez com que o mercado de trabalho potencialmente criado fosse completamente destruído pela moral humana. Esta Lei dizia que ao final de uma semana o trabalhador quer por trabalho, quer por abono, deveria receber uma quantia mínima para seu sustento, e proporcionalmente para cada integrante da sua família.

Com o passar do tempo toda a competitividade e produtividade esvaíram-se, pois o contratante não mais tinha motivo para aumentar o salário e atrair mão-de-obra de qualidade, e os trabalhadores não mais precisavam produzir ou mesmo trabalhar para sustentarem suas famílias. A lei nada mais era do que o “direito de viver”, que tirava do homem a necessidade por trabalhar, já que ele não precisava trabalhar para receber o mesmo tanto de dinheiro do que se ele trabalhasse. Mais tarde essa situação evoluiu para o trabalho indigente. “Depois que a intensidade do trabalho, o cuidado e a eficiência com o qual era executado caíram abaixo de um nível definido, ele chegou quase à ‘inutilidade’, a um simulacro de trabalho apenas para salvar as aparências.” (POLANYI, 1980, p.91)

Nenhuma outra medida se popularizou mais amplamente. Pais não precisavam cuidar dos filhos; filhos não dependiam mais dos pais; os empregadores podiam reduzir os salários a bel-prazer e os trabalhadores não passavam fome, quer fossem diligentes ou preguiçosos. Os humanitaristas aplaudiam a medida como ato de piedade, senão de justiça, e os egoístas se consolavam com o pensamento de que se tratava de um gesto de caridade e não um ato liberal. Mesmo os contribuintes dos impostos custaram a compreender o que aconteceria a esses impostos num sistema que proclamava o ‘direito de viver’ quer um homem trabalhasse por um salário vivo ou não. (POLANYI, 1980, p.91).

Só quando a grave deterioração da capacidade produtiva das massas se fez sentir – uma verdadeira calamidade nacional que obstruía o progresso da civilização da máquina – é que se impôs à consciência da comunidade a necessidade de abolir o direito incondicional do pobre à assistência. ...o abono salarial só podia ser inerentemente falho, pois prejudicava miraculosamente até mesmo aqueles que o recebiam. (POLANYI, 1980, p.93).

Então em 1834 a Poor Law Reform acabou com a Lei Speenhamland, obviamente houve um grande impacto social, afinal de contas várias pessoas estavam sendo deixadas ao sabor da vida, e a vida foi muito cruel com quem não se adaptou às novas formas de trabalho, muitos morreram por orgulho de não quererem trabalhar para subsistir, outros não conseguiram emprego e morreram da mesma forma. Foi uma calamidade total, e este foi o preço pago pelo início do CAPITALISMO INDUSTRIAL na Inglaterra.

Tendo esta rápida visualização da Inglaterra no passado próximo, fica mais fácil de se pensar como as medidas que tratarei no subcapítulo seguinte se tomaram, isto na visão de Robert Castel. Portanto as medidas e leis que exporei foram tomadas na Inglaterra entre o século XVII e XIX com o intuito de melhorar o padrão de vida da sociedade.

1.1 QUEM É O AJUDADO DA INGLATERRA DO SÉC. XVIII E XIX, QUEM O AJUDA E COMO É ESTA AJUDA

Antes de se saber o que é assistencialismo, e o que é política de caráter social, é necessário saber quem são essas pessoas ajudadas¹, quem normalmente é ajudado e quem não é, e o porque é ou deixa de ser. Neste ponto, Robert Castel, o autor de “As Metamorfoses da Questão Social” “cria” o conceito da

Desvantagem: “Velhos indigentes, crianças sem pais, estropiados de todos os tipos, cegos, paralíticos, escrofulosos, idiotas (...) todos têm em comum o fato de não suprirem, por si mesmos, as suas necessidades básicas, porque não podem trabalhar para fazê-lo. São, por isso, isentos da obrigação do trabalho.” (CASTEL, 2001, p.41). Ora, mas como delinear essa desvantagem, ou mesmo vantagem, como escolher dentre tantos, ou não escolher, mas sim pagar a todos pela isenção do trabalho? Como podemos saber quem é ou deixa de ser CAPAZ de trabalhar? As certezas nestas questões não existem, ou sequer podem existir, a esperteza é algo que as pessoas simplesmente têm e não controlam às vezes, que diriam as pessoas sobre uma viúva com vários filhos (seis ou mais), é uma calamidade por certo, mas ela é incapaz de trabalhar?

Desta forma, segundo CASTEL, a ajuda a estas pessoas, deve ser feita de forma que o ajudado possa reconhecer sua incapacidade, o indigente pode ser assistido, ainda que, esse tratamento se revele insuficiente, inadequado, condescendente e até mesmo humilhante.

Continuando, CASTEL diferencia então aquele que diferentemente da situação do ajudado, tem condições de trabalho, mas não trabalha. São os chamados indigentes válidos, os quais não devem ser ajudados diretamente, mesmo que necessitem de tal ajuda.

Sendo assim “...o atendimento aos carentes constitui objeto de práticas especializadas. Assim, o hospital, o orfanato, a distribuição organizada de esmolas são instituições ‘sociais’.” (CASTEL, 2001, p.57).

A primeira vista pode parecer estranho tais instituições serem consideradas instituições sociais de caráter assistencial, mas elas são na verdade “... um conjunto de práticas com função protetora e integradora (e, mais tarde, preventiva).” (CASTEL, 2001, p.57).

¹ Usarei a palavra ajudada para não diferenciar quem é assistido pelo assistencialismo. ou quem é assistido por uma política social dita não assistencialista.

Tem-se então uma abordagem superficial de quem é o ajudado, eu pretendo agora mostrar na visão de Castel, quem são os mais corriqueiros auxiliares destas pessoas. No caso que ainda se repete até hoje, são as igrejas. “A caridade é realmente a virtude cristã por excelência, e a pobreza é efetivamente valorizada em referências a Cristo e aos modelos da *vita apostólica* (...) que souberam despojar-se dos fardos terrestres a fim de se aproximar de Deus.” (CASTEL, 2001, p.62). Vê-se hoje que o sermão na igreja católica não mudou desde o começo dos tempos, vê-se que a apologia à futilidade dos bens materiais ainda impera, que outra forma encontrou Castel para isto, que não notar a sutileza das palavras em ajudar o próximo. Mais adiante (CASTEL, 2001, p.64) afirma: “Economia da salvação: desgraçado, lastimado ou até mesmo desprezado, o pobre pode, não obstante, ser instrumentalizado enquanto meio privilegiado para que o rico pratique a suprema virtude cristã, a caridade, e para permitir-lhe, dessa maneira, que obtenha sua salvação.” Isto é mais adiante em seu pensamento remodelado, pois, a maquiagem colocada pela igreja é pesada, já que segundo Castel o pobre mais digno de caridade é aquele cujas enfermidades são visíveis à distância, aqueles com deformações físicas horríveis, a velhice abandonada ou mesmo a infância, a doença feia aos olhos alheios e incuráveis por conhecimento popular. Essas pessoas são aos olhos de todos incapazes de trabalhar, e se fazem assim os perfeitos ajudados, são esses que a igreja diz querer realmente salvar, e são esses que os ricos preferirão ajudar, pois são esses que têm provas irrefutáveis da sua incapacidade. Tendo isto em vista, os homens ainda lembram que esses desafortunados podem ser eles, ou seus conhecidos mais próximos, e essa pressão mental, colocada por eles e pela igreja suplanta qualquer idéia ou noção da periculosidade da ajuda. Isso mostra que, no fundo, a ajuda se caracteriza por egoísmo, por medo, pela repulsa, pela penitência diária a Deus de querer afastar esse “mal” das portas de casa, este é o pensamento de Castel sobre a situação inglesa entre o século XVII e XIX.

Se não bastasse a ajuda “privada” o Estado se via na obrigação de reparar a sociedade, tentando melhorar o bem-estar social em vista de evitar uma

revolução social reivindicando seus direitos a igualdade, com isto o Estado criou formas diretas de ajuda ao pobre que tratarei neste momento.

“Viver da assistência pode virar uma quase-profissão. Aliás, em Augsbourg, em 1475, os mendigos aparecem nos registros fiscais como um grupo profissional.” (CASTEL, 2001, p.71-72).

É neste momento que pode-se recordar das famosas *Workhouses*² inglesas fundadas no século XVII, que eram nada mais que locais onde pessoas sem trabalho eram “empregadas” para receberem ao final das mais de 15h de trabalho diário sua alimentação, obviamente em situações inumanas e trabalho em todos os sentidos.

Além das *Workhouses* temos um outro exemplo marcante da extrema realidade que os menos afortunados eram submetidos a passar através de leis subumanas, quando em 1764 um grande decreto imperial marcava os indigentes válidos como vagabundos, e cria uma nova “classe” de mendigo, o mendigo domiciliado. Definição do vice-chanceler: PAULTRE³, citado por CASTEL (2001, p. 79) “Um mendigo domiciliado é aquele que, morando há mais de seis meses num lugar, só pedir esmola de vez em quando, tem alguns bens para subsistir ou uma profissão, promete trabalhar, e pode, imediatamente, ser recomendado por pessoas dignas de fé.”, e, “... sejam presos todos os mendigos que pedirem esmola a mais de meia légua além de seu domicílio.”

Em semelhança a isto, também na Inglaterra, surgem as *Poor Laws*, que instituíam a paróquia como a base necessária da organização dos auxílios. E em 1795 surge o Speenhamland Act onde “...cada paróquia não só se responsabiliza por seus pobres, como também deve assegurar-lhes uma espécie de renda mínima, garantindo um complemento de recursos calculado com base no preço dos cereais, se o salário for insuficiente.” (CASTEL, 2001, p.80). O interessante

² Trad: Casas de trabalho (tradução minha).

³ PAULTRE, C. De la répression de la mediocrité et du vagabondage en France sous l'Ancien Régime. Paris, 1906, p.400.

da assistência religiosa é quem faz essa assistência, pois veja, são os freqüentadores de igrejas que contribuem com o dízimo, nada mais do que um ato de boa fé para com a paróquia, que é revertido em esmola, auxílio salarial, salvação do purgatório, e tantas outras definições.

1.2 DAS TENTATIVAS DE CONTINGÊNCIA

Foram muitas as tentativas de conter o número crescente de pobres, e cada uma mais inumana que a outra, aqui, no entanto será somente dito sobre os indigentes válidos. Foi decretado em 1547 na Inglaterra, que os mendigos válidos eram taxados de ociosos, reais vagabundos, e para que não houvesse dúvidas de sua situação, eram ferrados (como gado) na testa com a letra V, e eram praticamente escravizados pelo estado por um período de tempo, se houvesse fuga a pena seria perpétua, nova tentativa de fuga e a pena se transformaria em morte, e isto, era para a pessoa que “...sem nenhum meio de subsistência, tenha ficado sem trabalhar mais de três dias.” (CASTEL, 2001, p.128)

Em torno de 200 anos depois, no século XVIII, uma lei estabelecia que quando um vagabundo fosse achado, o mesmo deveria ser forçado ao trabalho e recebesse por isso. Isto pois as leis de outrora beneficiavam os mesmos, já que a ajuda era a todos que não trabalhavam. Essa lei então foi vista como muito simples, aperfeiçoaram-na, era então pago aos policiais que capturassem os vagabundos uma certa quantia e os vagabundos eram então novamente forçados ao trabalho, e ganhavam “acima da prisão, abaixo do soldado”. Junto com esta “melhoria” veio a prisão destes capturados ao invés do trabalho, os mendigos estavam sendo tratados como bandidos, pior, bandidos esquecidos, pois eram trancafiados em torres, mais na verdade “depósitos humanos”, onde 20% de quem entrava lá morria, e foram mais de 100.000 os levados à prisão em meros quatro anos de funcionamento, considerando que a população de Londres em 1750 era de 750.000 habitantes e que nenhuma outra cidade Inglesa tinha mais que 50.000 habitantes o número 100.000 salta a vista.

1.3 DO ESTADO À NAÇÃO

(MONTLINOT⁴, citado por CASTEL 2001, p.141).

Viram-se vários indivíduos que, presos nessas circunstâncias desagradáveis [trata-se das prisões efetuadas em aplicação do mesmo famoso decreto de 1764 que propiciou muitos abusos], admitiram que haviam sido salvos de muitas tentações. A falta de dinheiro anuncia uma necessidade excessiva: qualquer homem, nessas circunstâncias prementes, está à véspera de se tornar um escroque ou um celerado. O governo deve pois, então, prevenir o crime e assegurar a tranquilidade dos cidadãos através de todos os meios possíveis. Aquele que, sem asilo e sem recursos, não pode mais pagar sua subsistência, deixa de ser livre: está sob o império da força, não pode dar um passo sem cometer um delito. Enfim, em termos categóricos, é que, supondo que um homem privado de qualquer ajuda há muito tempo não fosse senão um homem infeliz, suponha-se que era injusto prendê-lo: pois bem, será preciso cometer essa injustiça política e não deixar vagar nas estradas quem, não tendo nada, pode ousar tudo.

No século XVIII o mendigo era visto como criminoso, fazer nada na rua, encontrar comida nos lugares mais insalubres não é castigo o suficiente, na verdade, é crime não ter tido instrução, educação, moral de civilização, azar de ter perdido o emprego ou ter nascido doente, e por causa disto a prisão é a solução, prevenir que eles façam algo errado, deixá-los para a morte nas prisões e não nas ruas. Se existe algo mais inumano que isto eu desconheço, explico, essas ações foram feitas pelo Estado, e a comunidade não se interpôs. Outros crimes contra a humanidade, mais atrozes que este, toda sociedade procurou intervir, mas este, tão descarado, pela conveniência popular foi deixado de lado, renegou-se o direito de ir e vir de pessoas que fizeram delitos tão graves como qualquer outro ser humano digno da liberdade (como vagar pela rua sem rumo, dormir ao relento, subsistir em uma cidade que não a sua de origem).

1.4 POBREZA E UTILIDADE

Retomando o assunto passado, de salvação através da caridade, pode-se ver a utilidade da pobreza que CASTEL (2001, p.147) mostra, “Numa formação social em que cerca da metade da população deve contentar-se com reservas mínimas para sobreviver, a pobreza não cria problemas verdadeiramente. Mais

⁴ MONTLINOT, de L. Essai sur la mendicité. Paris. 1786. pg. 57-59.

ainda: ela é aceitável e até mesmo exigida. Está inscrita nos planos da Providência e é necessária ao funcionamento da máquina social.” Como poderiam os ricos se sentir bem? Na verdade será que os ricos poderiam ser ricos se pobres não houvesse? É claro, não poderiam, não haveria caridade, haveria a ganância por mais, sem a ação caridosa de redenção. Aqui vale uma ressalva.

A pobreza deve existir, o que é abominado é a miséria, a forma primária de existência, a forma inumana de relação social, que todos fecham os olhos e poucos tomam a frente. Os homens não nasceram para serem miseráveis, para serem Homo-Sapiens, somos muito mais que isto, mesmo os pobres podem dizer que são Homo-Sapiens-Sapiens e é isto que todos os seres vivos dotados de inteligência deveriam se orgulhar de ser. A existência dos pobres não é vinculada ao pensamento religioso de redenção através da doação, mas sim por um mundo real, onde possam existir diferentes pessoas realizando tarefas diferentes, e sendo recompensadas de acordo com a sua função, e não em uma sociedade onde todos sejam remunerados de forma semelhante, para que todos dessa forma possam ser “ricos”.

Com todas as informações apresentadas neste capítulo situei a Inglaterra de séculos anteriores, viu-se qual é a realidade local, com uma miséria exarcebada, com a preocupação do Estado em melhorar o padrão de vida da sociedade a qualquer custo, mas que com isto não seja interrompido o fluxo de dinheiro para os mais afortunados. Além disso, viu-se que a igreja é que faz um grande papel na história inglesa, criando conceitos, exercendo a lei, moldando pensamentos e influenciando em muito a realidade de alguns. A sociedade nada mais faz além de sobreviver a ela mesma, com suas crises e aprendizagens sempre tentando dar um passo de cada vez, apesar de que nem sempre assim se viu.

Com isto tratarei no próximo capítulo de dois autores que contribuíram para o pensamento inglês da época, Thomas Robert Malthus e William Godwin.

sendo o primeiro contra as políticas adotadas para melhoria do bem-estar social da época e o segundo apesar de não ter a plenitude de suas idéias em prática concorda com a forma encontrada pelos diversos agentes da sociedade para combater o mal da miséria.

2 AS VISÕES DE THOMAS ROBERT MALTHUS E WILLIAM GODWIN SOBRE O AUXÍLIO AOS POBRES.

A desigualdade social é um problema na atualidade que aflige não somente os países pobres ou em desenvolvimento, mas que também preocupa as nações do chamado “Primeiro Mundo”. Um dos motivos da preocupação é que na mente dos capitalistas, os menos afortunados podem querer reivindicar aos mais ricos o seu direito à igualdade, querer tirar do rico o que é excedente para ele, seja por meios de política, seja pelo uso da força. Outro motivo é o senso de justiça presente em algumas pessoas, que tomam suas decisões não somente de forma racional, mas também passionalmente, são estas pessoas que de uma forma ou de outra procuram transformar a sociedade em algo mais justo e igualitário, que a falta das necessidades básicas seja algo que não exista. Um outro ponto de vista é o religioso, pessoas que se apegam a diferentes religiões que pregam de diferentes formas os tipos de salvação eterna e de conduta de vida no mundo material, sei que existem nuances entre estes pensamentos, mas expus de forma a contemplar somente os extremos, já que muitos dos agentes atuantes da época eram radicais em seus pensamentos (talvez homens da igreja mais religiosos, homens do Estado mais racionais, homens da sociedade média mais passionais).

Nos séculos tratados, para se “defenderem” dos menos afortunados, os industriais fazem com que a maioria dos trabalhadores pensem que trabalhar até a exaustão para receber o seu salário é nobre, justo e honrado, mesmo que estas atribuições ao trabalho sejam feitas de forma inconsciente e em alguns casos não exista (e ainda, com isto sua lucratividade aumenta). Eles esqueceram que a produtividade também está no bem-estar do operário, seja dentro da fábrica, seja em casa com sua família. Enquanto os lucros se multiplicam entre as classes mais abastadas, o trabalhador não vê seu salário ou mesmo seu bem estar aumentar na mesma proporção dos lucros dos industriais, somente a jornada de trabalho em busca de maior produtividade é aumentada, enquanto seus filhos em casa morrem de fome. Este é um exemplo extremo, mas os relatos da época não desmentem a

situação, ao contrário o comprovam, já que as crianças não somente ficavam em casa e como a partir de certo ponto na história passaram a ter que trabalhar de forma tão inumana quanto seus pais. A mortalidade infantil, causada pela fome ou pelas situações extremas de trabalho era grande, e a preocupação para que isto não ocorresse não partia dos industriais, e nem mesmo das famílias, pois de tão pobres que eram, precisavam do dinheiro que as crianças levavam para casa.

Arriscar perder o último resquício de bem-estar familiar com uma revolta ainda não estava nos planos dos operários ingleses do século XVII. Dentro deste quadro, o governo inglês do século XVII procura então tomar uma medida, já que o número de miseráveis está aumentando alavancado pelo desemprego. A Lei dos Pobres dos Tudor, em 1601, dizia do “... direito de os pobres receberem assistência, [através de] a cobrança de impostos compulsórios para os pobres a nível das paróquias e a diferenciação de tratamento para cada uma das várias categorias de pobres.” (HUNT; SHERMAN, 1999, p. 45) A separação era feita de acordo com a capacidade de cada indivíduo, no pior dos casos, os vagabundos incorrigíveis, eram mandados para as chamadas *Workhouses*, que eram casas de correções ou, em último caso, para as prisões.

Mesmo com todo este apoio, seja da igreja ou do Estado, o número de pessoas pobres e miseráveis na Inglaterra não diminuía, pelo contrário, aumentava constantemente.

Por que este número continuava a aumentar já que os pobres agora tinham salários e meios de subsistência? Essa era a pergunta que assolava a mente da sociedade da época.

Para responder a questão acima, neste cenário apresentado na Inglaterra. William Godwin (1756-1836) que escreveu em 1793 seu ponto de vista e tentou responder a questão, e posteriormente Thomas Robert Malthus (1766-1834), que escreveu em 1798 o livro que aqui analisarei “Ensaio Sobre a População”, também analisou a situação, veremos a partir de agora mais pormenorizadamente as visões destes dois autores.

2.1 CONTRIBUIÇÕES DE GODWIN E MALTHUS

Malthus afirmava que o problema estava na índole das pessoas e que nenhuma lei podia fazer com que o ser humano mudasse o seu modo de agir. Por outro lado, Godwin afirmava que tal fato se sucedia pois o problema estava na instituição controladora dos pobres e não nas pessoas pobres em si.

Acrescentando a esta idéia de MALTHUS (1996, p. 289) ele complementa dizendo que “A população cresce invariavelmente, quando os meios de subsistência aumentam. E o superior poder de crescimento da população é dominado e a população real se mantém equiparada aos meios de subsistência pela miséria e pelo vício.”

Para exemplificar este tema tem-se o caso do povo indígena norte-americano que explorava um local e enquanto a natureza provia sustento à aldeia não parava de crescer. Quando a natureza parasse de prover sustento outras formas de subsistência se faziam valer, até mesmo migrarem para outras regiões mais fartas de alimento e, sendo assim, a população não precisava parar de crescer, o “rumo natural” de crescimento não era interrompido com externalidades. Com isto MALTHUS (1996, p. 289) afirma que “A fome parece ser o último, o mais pavoroso recurso da natureza. O poder de crescimento da população é tão superior ao poder do solo para produzir a subsistência para o homem que a morte prematura, de uma maneira ou de outra, ataca a espécie humana.” Portanto MALTHUS afirmou (1996, p. 267) que “O obstáculo positivo ao crescimento da população, pelo qual entendo aquele que impede um crescimento que já se iniciou, limita-se principalmente, embora não exclusivamente, às classes mais baixas da sociedade.” Isto pois segundo MALTHUS (1996, p. 259) “... independente de quaisquer costumes viciosos que pudessem ter prevalecido entre eles com relação às mulheres, costumes que sempre atuavam como obstáculos ao crescimento da população, penso que deve ser reconhecido que a prática da guerra é um vício e o seu efeito, a miséria, e

ninguém pode duvidar que existe a miséria proveniente da falta de alimento.” Tendo esta linha de raciocínio MALTHUS só podia pensar realmente na lei da natureza, que dizia segundo ele (1996, p. 247):

A miséria que despoticamente permeia toda a lei da natureza limita estes mundos mediante determinadas restrições. Os reinos vegetal e animal se reduzem sob esta grande lei limitadora. E a espécie humana não pode, por simples esforços racionais, escapar dela. Entre as plantas e os animais suas conseqüências são a perda do sêmen, a doença e a morte prematura. Na espécie humana, a miséria e o vício. O primeiro, a miséria, é uma conseqüência absolutamente necessária da lei. O vício é uma conseqüência altamente provável e, por essa razão, o vemos predominar largamente, mas não pode, talvez, ser chamado de conseqüência absolutamente necessária. A provação da virtude é resistir a toda tentação do mal.

Para GODWIN¹, (citado por DENIS 1993, p.265) alternativamente diz que: “A tendência de um espírito culto e virtuoso é tornar-se indiferente aos prazeres dos sentidos. Os homens que existirem quando a própria terra se recusar a uma população mais extensa deixarão de aumentar o seu número, porque deixarão de ter qualquer motivo, quer de erro, quer de dever, para o fazer.” Portanto Godwin refuta por completo o pensamento de Malthus, não crendo ser necessária a morte das pessoas, ou mesmo o aperfeiçoamento da sociedade, pois ao invés de aperfeiçoar a sociedade, o ser humano (individualmente) estaria mais perto da perfeição, e assim não haveria necessidade de evolução dos meios de produção, já que seria racional parar o crescimento populacional e não seria racional aumentar a produção para assim a população poder continuar passional, e aumentar seu número. Passional aqui refere-se ao amor que duas pessoas de sexo opostos possam ter, quando Godwin se refere ao fim da vontade de reprodução, tratando do homem não como um animal, mas sim como um ser completamente racional que controla completamente suas emoções, evitando gerar mais filhos e assim aumentar a população acima dos limites aceitos pela produção da terra.

Em resposta parcial a isto MALTHUS (1996, p. 315) afirma que “Na busca de qualquer prazer, seja sensorial ou intelectual, a Razão, essa faculdade

¹ GODWIN, W. Political Justice. Londres, vol. II, p. 870, 1793.

que nos possibilita prever as conseqüências, é o guia e o corretivo adequado. Por esse motivo é provável que a razão valorizada sempre tenderá a impedir o abuso dos prazeres sensoriais, embora de nenhuma forma se segue que a razão os extinguirá.”

De fato a sentença acima de Godwin é o início do pensamento tanto do próprio como de Malthus a respeito da ajuda. Para o primeiro, a sociedade devia existir de forma que o homem estivesse em perfeição, e para que tal fato ocorresse o homem não poderia ter inveja do seu próximo. Era necessário que todos trabalhassem na área de maior agrado, que recebessem indiferente do trabalho realizado a mesma quantia de dinheiro e ainda tivessem a liberdade sexual e matrimonial que desejassem. Se houvesse a total liberdade de ações, não haveria motivo para a inveja. Godwin propõe que em um mundo desses não haja a necessidade de um órgão regulador, pois tal fato iria contra a liberdade total de ações, ponto-chave para a perfectabilidade de sua teoria. Para Godwin quando o homem chegar a este nível de perfeição, saberá quando não mais poderá alimentar mais bocas, e desta forma estagnar a população, a fim de que não existam pessoas famintas na sociedade (isto Godwin afirma por crer que o homem em tal estágio não mais terá paixão, será um ser somente racional). Apesar de saber da distância que sua teoria está da realidade, Godwin, sendo um grande defensor da igualdade entre os homens, e observando a Inglaterra de seu tempo (século XVIII), apóia para o fim da desigualdade social a ajuda diretamente aos pobres para que assim as provisões pudessem se assemelhar com os demais membros da sociedade.

Para o autor de “Ensaio sobre a População”, o homem nunca perderá sua paixão a ponto de se tornar totalmente racional como já visto e muito menos a culpa de toda a miséria é da instituição reguladora, portanto ele explica o cerne de seu pensamento contra Godwin aqui, MALTHUS (1996, p.303) em resposta à igualdade dos homens e à riqueza de todos afirma que:

O homem não pode viver em meio à abundância. Todos não podem partilhar da mesma forma das dádivas da natureza. Se não existisse nenhuma administração instituída da propriedade, todo homem seria obrigado a guardar, necessariamente, sua pequena provisão. O egoísmo triunfaria. As questões de disputa seriam perenes. Cada vontade estaria sob uma permanente angústia em relação ao sustento pessoal e sequer uma única inteligência seria deixada livre para se dedicar ao campo intelectual (...). Sendo todos iguais e colocados em circunstâncias semelhantes, não se poderia ver porque um indivíduo se julgaria obrigado à prática de um dever que outros desdenhariam de observar. Por duras que as coisas possam parecer, a pobreza dependente deve ser tida por desonra. Um tal estimulante parece absolutamente necessário para promover a felicidade da grande massa da humanidade; e toda a tentativa geral para enfraquecer este estimulante, por benevolente que seja a intenção aparente, irá sempre contra o seu próprio fim.

Malthus acreditava que o único meio de combater a pobreza era com mais óbitos entre os pobres, acompanhados de um declínio de nascimento desta mesma classe de rendimentos, esse declínio sendo alcançado através da restrição moral de cada indivíduo. Junto com este pensamento ele ainda era contra o controle da natalidade que se propunha na época, que propunham proibir as pessoas de menos condições financeiras de terem filhos, dizendo que isso era contra os princípios da humanidade, já que alguns teriam que se privar enquanto outros estariam livres para fazê-lo, gerando muita discórdia e conflitos populares. Por esta razão, Malthus defende que tal desaceleração na taxa de natalidade só será possível se a sociedade perceber que ser miserável é degradante. Teria que estar na mente das pessoas tal controle de natalidade, esse sim é o principal incentivo que Malthus acredita que as pessoas deviam adotar, e não uma simples imposição do governo à abstinência sexual, mas sim uma crença pessoal.

Malthus inicia seu livro “Ensaio Sobre a População” definindo dois postulados.

- 1º) Que o alimento é necessário para a existência do homem;
- 2º) Que a paixão entre os sexos é necessária e que permanecerá aproximadamente em seu atual estágio.

Nestes postulados, vemos o que incita os ideais de Malthus sobre o excesso populacional. Sobre o primeiro postulado ele imagina que a terra, provedora de todo alimento, é finita, portanto a população deveria ter um limite a

não ser ultrapassado para que não tenhamos escassez de alimento. No segundo postulado podemos abstrair que o atual estágio é caracterizado pela taxa de crescimento a que se refere posteriormente, da população duplicar-se a cada 25 anos em média, dependendo da região.

Com estas afirmações, tem-se que relembrar do célebre pensamento que o mundo inteiro conhece, que a população cresce em progressão geométrica (PG) enquanto os alimentos crescem em progressão aritmética (PA). Fato este conhecido por todos como pensamento de Malthus e pela história da humanidade comprovadamente errado. Mas com um olhar mais atento aos escritos de Malthus podemos notar que mesmo ele sabia de tal proposição quando disse que: “Há um princípio da sociedade humana segundo o qual a população é mantida permanentemente abaixo do nível dos meios de subsistência”. (MALTHUS, 1996, p.307).

Estranhamente no decorrer do seu livro ele trata dos crescimentos de PA e PG com números que o mais leigo dos leitores poderia notar uma total discrepância, nota-se tal fato com mais clareza quando Malthus relata que a população no final do século XIX na ilha da Inglaterra seria, segundo seus cálculos, de 120 milhões de habitantes enquanto a produção da ilha somente comportaria a alimentação de 35 milhões, o que deixaria 77 milhões de habitantes sem ter o que comer (MALTHUS, 1996 p. 250).

Com estas proposições tem-se a visão de Malthus sobre o problema, fica claro que o dilema é a quantidade de comida destinada às pessoas mais pobres, ou a quantidade de dinheiro destinada a elas e de onde proveriam tais incentivos diretos.

Este incentivo direto feito pelo governo inglês em torno de 1800 e apoiado por Godwin, foi extremamente repudiado por Malthus. Na sua visão, se o assistencialismo continuasse, os pobres seriam levados a um estágio em que tudo

seria consumido por eles, e que nada seria produzido, levando à miséria e ao vício generalizado. MALTHUS (1996, p. 287-288).

Inocento o Sr. Pitt de qualquer intenção sinistra naquela cláusula de seu projeto de lei dos pobres que dá a cada trabalhador 1 xelim por semana por cada filho que ele tenha além de três. Confesso que, antes que o projeto de lei fosse levado ao Parlamento e por algum tempo depois, pensei que uma tal regulamentação seria altamente benéfica, mas uma reflexão posterior sobre o assunto convenceu-me de que seu objetivo é melhorar a condição do pobre, ela está destinada a anular o verdadeiro objetivo que tem em vista.

E complementa MALTHUS (1996, p. 273-274):

O projeto de lei dos pobres do Sr. Pitt tem a aparência de ser organizado dentro das intenções mais humanitárias, e o protesto levantado contra ele era, em muitos aspectos, mal dirigido e irracional. Mas deve se reconhecer que o projeto possui, em alto grau, o defeito grande e radical de todos os sistemas desse tipo, o de contribuir para aumentar a população sem o aumento dos meios de subsistência para sustentá-la; rebaixando então a condição daqueles que não são sustentados pelos auxílios paroquiais e, conseqüentemente, criando mais pobres.

Nas passagens acima podemos notar que o pensamento malthusiano é o de que nada adianta dar condições para os pobres subsistirem caso não seja feito algo para que a subsistência deles e da comunidade como um todo não seja garantida em sua plenitude. Malthus quer dizer que de nada adianta manter os pobres vivos se a quantidade de comida destinada a eles não for criada a parte da produção para o restante da população, isto pois desta forma estaria havendo um incremento na produção, gerando crescimento e maiores condições de se encontrar a justiça social nos países capitalistas.

Em “Ensaio sobre a População”, T. R. MALTHUS (1996, p.267 - 270) faz uma consideração importante sobre quem sofre com a escassez de alimentos e também sobre o que ocorreria se hipoteticamente fosse aumentado o salário dos pobres. Ele afirma a partir da observação empírica utilizando os números levantados de óbitos nas cidades⁵, que a maioria dos mortos quando crianças são de famílias pobres. Não poderia ser diferente, já que normalmente são mais de quatro filhos para serem sustentados e que em períodos de escassez não pode ser

dada nem uma migalha de pão a suas proles, enquanto os filhos dos mais bem afortunados se regorjeiam com fartas alimentações e com todos os cuidados necessários.

Malthus então relembra o fato de que são dados aos pobres da Inglaterra cerca de 3 milhões de libras esterlinas, e comenta o espanto da população em relação a não ver o fim da miséria, mas sim somente um aumento deste malogro. Para Malthus é simples a resposta, quando é aumentada a renda de tanta gente desta forma, o que poderia causar um aumento real na sua renda na realidade a diminui, já que haverá uma maior demanda por bens de consumo. Isto a oferta não pode suprir, desta forma eleva-se o preço do alimento para restringir a demanda, fazendo voltar a estaca ZERO todo o benefício dado ao pobre.

Este fato ainda causaria a diminuição do bem-estar dos mais afortunados, já que viram os preços dos bens serem aumentados enquanto o seu salário continuou o mesmo. Aqui deve-se fazer uma ressalva para o período inicial de tal ato de gasto público em detrimento aos pobres, fato este que aumentaria sua produção no meio agrário, aumentando a capacidade do país de alimentar sua população. Isto não duraria por muito tempo na visão de Malthus, já que em um determinado momento seria impossível continuar a aumentar a produção, pois ou faltaria terra ou os adubos não teriam mais a mesma eficácia a médio e longo prazo.

Com isto MALTHUS (1996, p.271) afirma que “Não tenho nenhuma dúvida de que as leis dos pobres da Inglaterra têm contribuído para elevar os preços dos mantimentos e abaixar o preço real do trabalho.” Acrescentando MALTHUS (1996, p.253-254):

Acontece muito raramente que cai o preço nominal do trabalho geral, mas bem sabemos que ele freqüentemente permanece o mesmo, enquanto o preço nominal das provisões vai gradativamente aumentando. Essa é, com efeito, uma queda real do preço do trabalho, e durante esse período a situação das classes mais baixas da comunidade deve gradualmente piorar cada vez mais. Mas os agricultores e os capitalistas se tornam mais ricos por causa do aviltamento real do trabalho. Seus capitais aumentados os tornam

⁵ As cidades que Thomas R. Malthus analisa são: Reino da Prússia e Ducado da Lituânia, Ducado da Pomerânia, Neumark de Branderburgo, Ducado de Magdeburgo. O período estudado é entre 1701 e 1759. Mais detalhado no apêndice do capítulo.

capazes de empregar um maior número de pessoas. Por esse motivo o trabalho poderia ser abundante e o seu preço, conseqüentemente, se elevaria. Mas a falta de liberdade no mercado de trabalho, o que ocorre mais ou menos em todas as comunidades, seja por causa das leis dos pobres, seja pela causa mais geral – a felicidade de associação entre os ricos e a sua dificuldade entre os pobres – atua de modo a impedir a elevação do preço do trabalho no período normal e o mantém baixo por um tempo mais longo – talvez até por um ano de escassez, quando os protestos são bastante fortes e a necessidade por demais acentuada para ser suportada.

Mas por que então os pobres são pobres e os ricos são ricos? Simples, para HEILBRONER (1996, p. 90) “Hoje, o controle de nascimento parece ter sido praticado pelas classes altas ao longo da História, o que é uma das razões pelas quais os ricos têm riquezas e os pobres têm filhos”. Isto vem do fato que Malthus prega, de se acreditar que com o auxílio aos pobres na verdade estaria dando a falsa idéia de que eles poderiam ter mais filhos. Aumentaria assim a população sem antes aumentar os meios de subsistência. Isso era amplamente estimulado pela Lei dos Pobres do Sr. Pitt de 1796 que dava ao pobre o direito de receber 1 xelin por semana para cada filho além de três que o trabalhador tivesse como já esclarecido anteriormente.

HUNT (1989, p. 96) refere-se à teoria Malthusiana da seguinte forma:

Assim, pela teoria de Malthus, a diferença final entre o rico e o pobre era o alto nível moral daquele e o baixo nível moral deste. Achava o controle da natalidade um vício, que nem seria mencionado por um bom cristão e, muito menos, defendido. Além disso, associava-o exclusivamente a relações sexuais antes do casamento ou fora dele. (...) A orientação normativa continua existindo – como existia com Malthus – para convencer-nos de que a pobreza é inevitável, de que pouco ou quase nada pode ser feito a seu respeito e de que ela é, em termos gerais, devida à fraqueza ou à inferioridade moral dos pobres.

A citação acima de Hunt analisa criticamente, resumindo e destacando os principais pontos defendidos por Thomas Robert Malthus, fazendo um comentário direto sobre o fator moral envolvido na discussão, e a sua importância para o controle da pobreza em qualquer sociedade.

MALTHUS propõe (1996, p.263-264): ...uma previsão das dificuldades em atender ao sustento de uma família atua como um obstáculo preventivo; e a miséria efetiva de algumas das classes mais pobres, em razão da qual estas não são capazes de dar o alimento e os cuidados adequados para seus filhos, atua como um obstáculo positivo, impedindo o crescimento natural da população.

Fica claro aqui o fator moral, a apelação a consciência humana. Imaginar sua prole em meio a falta de alimento faz com que o homem se prive de ter mais filhos e essa é a única forma de combater a miséria de forma a não subjugar ninguém ou impor limites. O limite está então intrínseco ao ser humano, a miséria acontece de livre e espontânea vontade ou falta de superioridade mental, da luxúria se sobrepor a mente racional. Caso estas restrições morais não se façam cumprir os ditos obstáculos positivos que Malthus cita (guerra, morte, vício...) se abalam sobre a sociedade para que desta forma a população permaneça abaixo do nível de produção alimentícia do país.

MALTHUS (1996, p.347) relega ao Estado uma única atribuição, a de produzir crescimento econômico para acabar com a miséria, nota-se isto na passagem:

...refiro-me a uma pesquisa das causas que influem na prosperidade das nações ou no bem-estar e no conforto das camadas mais pobres da sociedade, que é a classe mais numerosa em qualquer nação. Estou suficientemente seguro da íntima conexão desses dois assuntos e de que as causas que tendem a aumentar a riqueza de um Estado tendem também, falando genericamente, a aumentar a prosperidade das classes mais pobres.

Não deixando dúvidas de que o combate a pobreza deve ser encarado de forma a enriquecer o país, a gerar crescimento e assim emprego, a buscar no passado teórico o que nós buscamos até hoje na realidade da prática.

Nota-se através do capítulo que as visões de Thomas Robert Malthus e William Godwin diferem em pontos cruciais. Aparentemente, Malthus nota a necessidade de um estado moral e mental como o proposto por Godwin, mas por

entender a perfeição psicológica desta proposta, Malthus refuta o ideal e trabalha com o plausível.

Malthus longe de ser um sádico, nada mais foi do que um homem que defendeu seus ideais “através da lupa” da realidade de seu tempo e de sua pré-concepção da natureza humana. Ele prezava as pessoas tanto que não as queria ver na miséria e pobreza, mas que se tal caso extremo se acomesse a natureza reagiria, como reage com qualquer habitat animal. Colocado assim: como poderia ele discordar da natureza e tentar propor algo inconcebivelmente não-natural como a racionalização máxima da realidade? Como expurgar das pessoas a paixão, seria algo como expurgar a vida, transformar os humanos em máquinas pré-programadas para um funcionamento adequado ao ambiente, era isso que Malthus refutava em Godwin chamado-o de utópico: a mecanização humana.

Neste capítulo vimos o pensamento de dois grandes autores do século XVIII inglês sobre o mesmo tema, a ajuda aos pobres. Mostraram-nos suas crenças e assim foi dada uma amostra do que seria a realidade vista sob dois aspectos diferentes, duas realidades que nunca foram vistas na prática em sua plenitude, mas que permeiam a mente de muitas pessoas.

Com isto, no próximo capítulo exporei a realidade paulistana da atualidade, pois assim poderei traçar algumas semelhanças de ideais e de realidades com o passado tão distante e de um capitalismo nascente do século XVIII e XIX. Poderei abrir novas discussões e lembrar outros pontos controversos, e por fim retirar da realidade de dois períodos distintos questões que se repetem e teimam em não serem respondidas. Veremos agora São Paulo no século XXI.

3 A Pobreza no Brasil nos Séculos XX & XXI.

3.1 O BRASIL DO SÉCULO XXI, SUA ORIGEM E REALIDADE

Segundo POCHMANN (2003), existem dois tipos de exclusão social, a tradicional (antiga), caracterizada pelas pessoas de baixa renda, negros, mulheres e tantos outros grupos sociais que sabemos terem sido excluídos socialmente ao longo da história. Agora temos uma nova exclusão social, daqueles que podem não se enquadrar no caso tradicional de exclusão, mas que não têm formação acadêmica completa, ou cursos de inglês, computação e vários outros requerimentos que o mercado de trabalho exige.

Hoje, no Brasil e no mundo, a sociedade está vivendo vários tipos de exclusão social, desta forma, as pessoas que se sentem excluídas, e que de fato são, extrapolam qualquer número socialmente aceitável. No Brasil vemos muito mais facilmente o que essa nova exclusão está fazendo, temos nas empresas atualmente nos cargos de mais alta responsabilidade pessoas do resto do mundo, e não brasileiros. Será que somos incapazes? O mercado diz que sim e, desta forma, pessoas que têm cursos de graduação e outros cursos profissionalizantes não acham seu espaço no mercado de trabalho, pois existe um vácuo muito grande entre o que o Brasil oferece e o que o mercado exige. Não que sejamos inférteis completamente, nós temos profissionais qualificados, mas não no número que o mercado exige. Então, qual foi o erro? Como explicar essa desigualdade na sociedade?

“A exclusão social que realmente importa não se refere ao indivíduo, suas opções ou fraquezas naturais, e sim às diferentes formas históricas encontradas pelos povos para construírem sua sociedade.” (POCHMANN, 2003, p. 15).

Para POCHMANN (2003) é muito fácil de explicar o início da desigualdade no Brasil. O Brasil de 100 anos atrás recém saído da escravidão, já com muita força de trabalho desempregada e sem almejos de ascensão social (os

ex-escravos e excluídos da história) não podiam, ou mesmo sabiam, fazer outra coisa se não trabalho braçal. A solução dada então, na verdade condição imposta e aceita, foi a de termos um Brasil exportador. Parece bom, se não fosse o caso de sermos exportadores de matéria-prima, de produtos sem valor agregado, produtos que não tinham a necessidade de terem que adquirir conhecimentos para produzi-los, como cana-de-açúcar, frutas tropicais, cacau e outros. Isto teve impacto diretamente sobre os trabalhadores do futuro. A acomodação com a situação fez com que o Brasil não tivesse mão-de-obra especializada, e com o crescente aumento de pessoas aptas para trabalhar, o Brasil se viu com elevado grau de desemprego.

Pode-se pensar então que o Brasil não era desigual na época do milagre econômico, já que nesta época o desemprego não era um problema, mas como podemos ver nos dados a seguir isto é um ledor engano, na verdade foi neste período que o Brasil teve a distância entre ricos e pobres mais dilatada.

QUADRO 1 – GRAU DE DESIGUALDADE DA POPULAÇÃO COM RENDA INSUFICIENTE

Brasil	1970	1980	1991
BR – Brasil	0,27	0,11	0,16

FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
NOTA: Grau desigualdade população com renda insuficiente(P2)
Periodicidade: Decenal
Unidade: Índice
Comentário: Média dos quadrados dos hiatos de renda de todos os indivíduos pobres e não pobres. Define-se como hiato quadrático de renda de uma pessoa pobre o quadrado da distância da sua renda(Y) à linha de pobreza(Z), medida como fração da linha de pobreza(Z-Y)/Z. Para as pessoas não pobres, define-se o hiato de renda como sendo nulo. Para obter informações metodológicas, consulte o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 1998. O universo de municípios da tabela é definido pelo IBGE no levantamento censitário e não necessariamente coincide com o oficialmente existente ou instalado na data de referência.

Analisando isto juntamente com o PIB e com o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) vemos que o crescimento econômico não gera uma melhor distribuição de renda necessariamente, mas que na verdade pode melhorar as condições de vida da sociedade.

QUADRO 2 – PIB VARIAÇÃO ANUAL.

Período	PIB - var. real anual	Período	PIB - var. real anual	Período	PIB - var. real anual	Período	PIB - var. real anual	Período	PIB - var. real anual
1948	9,70	1961	8,60	1971	11,34	1981	-4,25	1991	1,03
1949	7,70	1962	6,60	1972	11,94	1982	0,83	1992	-0,54
1950	6,80	1963	0,60	1973	13,97	1983	-2,93	1993	4,92
1951	4,90	1964	3,40	1974	8,15	1984	5,40	1994	5,85
1952	7,30	1965	2,40	1975	5,17	1985	7,85	1995	4,22
1953	4,70	1966	6,70	1976	10,26	1986	7,49	1996	2,66
1954	7,80	1967	4,20	1977	4,93	1987	3,53	1997	3,27
1955	8,80	1968	9,80	1978	4,97	1988	-0,06	1998	0,13
1956	2,90	1969	9,50	1979	6,76	1989	3,16	1999	0,79
1957	7,70	1970	10,40	1980	9,20	1990	-4,35	2000	4,36
1958	10,80							2001	1,31
1959	9,80							2002	1,93
1960	9,40							2003	-0,22

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Novo Sistema de Contas Nacionais (IBGE SCN/Cont. Anual)

NOTA: PIB: var. real anual

Periodicidade: Anual

Unidade: (% a.a.)

COMENTÁRIO: Fonte: Para 1948-1990: Sistema de Contas Nacionais Consolidadas. Para 2003: resultados preliminares estimados a partir das Contas Nacionais Trimestrais. Obs.: Valor corrigido, para 1980, de 10,2% para 9, 2%. Produto Interno Bruto (PIB).

Atualizado em: 03 de março de 2004

QUADRO 3 – IDH-M RENDA.

Brasil	1970	1980	1991
BR – Brasil	0,444	0,947	0,942

FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

IDH-M Renda

Periodicidade: Decenal

Unidade: Índice

Comentário: Índice usando uma função côncava da renda, normalizada usando valores extremos. Para obter informações metodológicas, consulte o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 1998. O universo de municípios da tabela é definido pelo IBGE no levantamento censitário e não necessariamente coincide com o oficialmente existente ou instalado na data de referência.

O Brasil naquela época somente diminuiu o desemprego e o desemprego per se não é o fator determinante para a desigualdade, para a exclusão social. Através dos dados recolhidos de relatórios da ONU (nos quadros abaixo) percebe-se a grande diferença que existe entre o Brasil e os países com menor diferença social, e pior, pode-se comparar o Brasil com os países que pelos números são semelhantes à nação brasileira, e descobrir assim que o nosso país apesar de ter grande potencial de crescimento, com possibilidades turísticas, crescimento na construção civil, e tantas outras opções, está em uma posição vergonhosa no Índice de Desenvolvimento Humano. Nota-se no quadro nº4 que o Brasil (rank 72 em 2002 na variação do IDH) desde a década de 70 até 2002 melhorou seu IDH na ordem de 19,72%, enquanto Omã (rank 74) melhorou 56,18%, a Tailândia (rank 76) melhorou 25,28% e a Colômbia (rank 73) 17,5%. Encontra-se uma possível razão disso no quadro nº 5 que mostra as Prioridades dos Gastos Públicos. Enquanto o Brasil investiu em 1999-2001 4,0% do PIB em Educação Pública, o Panamá (rank 61) investiu 4,3% do PIB, a Colômbia investiu 4,4% do PIB. Já em Gasto Público com a Saúde o Brasil em 2001 investiu 3,2% do PIB enquanto a Venezuela (rank 68) investiu 3,7% do PIB o Suriname (rank 67) investiu 5,7% do PIB. Com isto nota-se que a preocupação em setores-chave para a justiça social no Brasil não é tão grande quanto a preocupação dos outros países na mesma faixa de Desenvolvimento Humano que o Brasil. Pode-se então comparar inclusive o grau de investimento em setores-chave para a redução da desigualdade e vê-se que o Brasil se distancia (negativamente) até mesmo de países como Colômbia, Panamá, Venezuela e Suriname nossos vizinhos, e isto, per se já deveria ser um alerta, mas parece não afetar a percepção daqueles que podem fazer a diferença, ou ainda, talvez notem, mas adotam políticas pouco efetivas para combater o problema. No 6º quadro nota-se índices de PIB, PIB per-capita e expectativa de vida baseados no Índice de Desenvolvimento Humano, principalmente a diferença entre o PIB per-capita e o rank no IDH, nota-se neste quesito que o Brasil, se comparado com seus vizinhos é o pior. Tanto Venezuela, Colômbia, Panamá e Suriname têm posições positivas enquanto o Brasil aponta um valor negativo neste índice, mostrando que apesar de ter uma renda per-capita elevada para a posição no rank do IDH o Brasil tem um problema de desigualdade expressivo.

QUADRO 4 – VARIAÇÕES NO IDH.

Monitoring Human Development: Enlarging People's Choice...							
2							
Human Development Index trends	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2002
HDI Rank							
High Human Development							
1 Norway	0,866	0,886	0,897	0,911	0,935	0,954	0,956
2 Sweden	0,863	0,873	0,885	0,895	0,928	0,943	0,946
3 Australia	0,847	0,864	0,877	0,892	0,932	0,942	0,946
4 Canada	0,869	0,885	0,908	0,928	0,933	0,939	0,943
5 Netherlands	0,865	0,877	0,891	0,907	0,927	0,938	0,942
6 Belgium	0,845	0,862	0,876	0,897	0,927	0,940	0,942
7 Iceland	0,862	0,885	0,895	0,913	0,919	0,939	0,941
8 USA	0,866	0,886	0,899	0,914	0,926	0,935	0,939
9 Japan	0,854	0,879	0,894	0,910	0,924	0,934	0,938
10 Ireland	0,810	0,825	0,844	0,869	0,893	0,926	0,936
Medium Human Development							
60 Macedonia	..	..	..	..	..	..	0.793
61 Panama	0.708	0.735	0.746	0.748	0.771	0.791	0.791
62 Belarus	..	..	..	0.785	0.752	0.775	0.790
63 Tonga	..	..	..	..	..	..	0.787
64 Mauritius	..	0.658	0.689	0.723	0.747	0.775	0.785
65 Albania	..	..	0.69	0.702	0.702	0.740	0.781
66 Bosnia Herz.	..	..	..	..	..	..	0.781
67 Suriname	..	..	..	..	..	..	0.780
68 Venezuela	0.716	0.730	0.739	0.759	0.768	0.776	0.778
69 Romania	..	..	..	0.771	0.769	0.773	0.778
70 Ukraine	..	..	..	0.798	0.751	0.762	0.777
71 Saint Lucia	..	..	..	..	..	..	0.777
72 Brazil	0.644	0.680	0.695	0.714	0.739	0.771	0.775
73 Colombia	0.661	0.689	0.706	0.727	0.751	0.771	0.773
74 Oman	0.493	0.546	0.640	0.696	0.733	0.761	0.770
75 Samoa (West)	..	..	..	..	0.741	0.762	0.769
76 Thailand	0.613	0.651	0.676	0.707	0.742	..	0.768
77 Saudi Arabia	0.602	0.656	0.671	0.707	0.741	0.764	0.768
78 Kazakhstan	..	..	..	0.767	0.725	0.744	0.766
79 Jamaica	0.687	0.695	0.699	0.726	0.737	0.752	0.764
80 Lebanon	..	..	..	0.673	0.732	0.752	0.758

Human Development Index Trends

Human Development Report 2004

FONTE: UN – United Nations

Como disse antes, a diminuição da taxa de desemprego não é fator determinante para a melhoria dos pobres em relação aos ricos, é necessário junto a isto, investimentos do governo, ajuda da sociedade em prol de uma melhoria generalizada, e não somente através de números de crescimento impostos pelo Governo. A tarefa a ser cumprida é a conscientização, da triste realidade brasileira, de notar que a diferença social é por motivo salarial, preconceituoso, educacional, cultural e institucional, somente assim pode-se combater o problema diretamente, pois assim saber-se-á o que estaremos combatendo, enfrentar-se-á a causa e não o desfecho.

QUADRO 5 – PRIORIDADES NO GASTO PÚBLICO.

...TO HAVE ACCESS TO THE RESOURCES NEEDED FOR A DECENT STANDARD OF LIVING ...								
19	Public Expenditure on Education (% of GDP)		Public Expenditure on Health (%GDP)		Military Expenditure (%GDP)		Total Debt Service (%GDP)	
	Priorities in Public Spending							
	1990	1999-2001	1990	2001	1990	2002	1990	2002
HDI Rank								
High Human Development								
1 Norway	7.1	6.8	6.4	6.8	2.9	2.	..	..
2 Sweden	7.4	7.6	7.6	7.4	2.6	1.9	..	..
3 Australia	5.1	4.6	5.3	6.2	2.1	1.9	..	..
4 Canada	6.5	5.2	6.8	6.8	2.0	1.2	..	..
5 Netherlands	6.0	5.0	5.7	5.7	2.5	1.6	..	..
6 Belgium	5.0	5.8	6.6	6.4	2.4	1.3	..	..
7 Iceland	5.4	6.0	6.8	7.6	0.0	0.0	..	..
8 USA	5.2	5.6	4.7	6.2	0.9	1.0	..	..
9 Japan	..	3.6	4.6	6.2	0.9	1.0	..	..
10 Ireland	5.2	4.3	4.8	4.9	1.2	0.7	..	..
Medium Human Development								
60 Macedonia	..	4.1	9.2	5.8	..	2.8	..	6.3
61 Panama	4.7	4.3	4.6	4.8	1.3	..	6.5	13.6
62 Belarus	4.9	6.0	2.5	4.8	..	1.4	..	1.4
63 Tonga	..	5.0	3.7	3.4	..	..	1.7	2.0
64 Mauritius	3.5	3.3	..	2.0	0.3	0.2	6.5	5.5
65 Albania	5.8	..	3.3	2.4	5.9	1.2	..	1.2
66 Bosnia Herz.	..	..	..	2.8	..	..	..	2.8
67 Suriname	8.1	..	3.5	5.7	..	..	..	..
68 Venezuela	3.0	..	2.5	3.7	1.8	1.4	10.3	7.9
69 Romania	2.8	3.5	2.8	5.2	4.6	2.3	(.)	6.8
70 Ukraine	5.2	4.2	3.0	2.9	..	2.9	..	7.8
71 Saint Lucia	..	7.3	2.1	2.9	..	..	1.6	4.0
72 Brazil	..	4.0	3.0	3.2	1.9	1.6	1.8	11.4
73 Colombia	2.5	4.4	1.2	3.6	2.2	4.2	9.7	8.6
74 Oman	3.1	4.2	2.0	2.4	16.5	12.3	7.0	8.6
75 Samoa (West)	3.4	4.5	2.8	4.8	..	..	4.9	3.0
76 Thailand	3.5	5.0	0.9	2.1	2.3	1.4	6.2	15.6
77 Saudi Arabia	6.5	..	..	3.4	12.8	9.8	..	..
78 Kazakhstan	3.2	..	3.2	1.9	..	1.0	..	16.7
79 Jamaica	4.7	6.3	2.6	2.9	..	..	14.4	10.7
80 Lebanon	..	2.9	..	..	7.6	4.7	3.5	12.7

Priorities in Public Spending

Human Development Report 2004

Fonte: UN – United Nations

*GDP = Gross Domestic Product

QUADRO 6 – IDH.

Monitoring Human Development: Enlarging People's Choice...									
1									
HUMAN DEVELOPMENT INDEX	Life Expectancy at birth (years) 2002	Adult Literacy Rate (% ages 15 and above) 2002	Combined Gross Enrolment ratio for primary, secondary and tertiary schools (%) 2001/02	GDP per-capita (PPP US\$) 2002	Life Expectancy index	Education index	GDP Index	Human Development Index (HDI) Value 2002	GDP per-capita (PPP US\$) rank minus HDI rank
HDI Rank									
High Human Development									
1 Norway	78,9	-	98	36,600	0,90	0,99	0,99	0,956	1
2 Sweden	80	-	114	26,050	0,92	0,99	0,93	0,946	19
3 Australia	79,1	-	113	28,260	0,90	0,99	0,94	0,946	9
4 Canada	79,3	-	95	29,480	0,90	0,98	0,95	0,943	5
5 Netherlands	78,3	-	99	29,100	0,89	0,99	0,95	0,942	6
6 Belgium	78,7	-	111	27,570	0,90	0,99	0,94	0,942	7
7 Iceland	79,7	-	90	29,750	0,91	0,96	0,95	0,941	1
8 USA	77,0	-	92	35,750	0,87	0,97	0,98	0,939	-4
9 Japan	81,5	-	84	26,940	0,94	0,94	0,93	0,938	6
10 Ireland	76,9	-	90	36,360	0,86	0,96	0,98	0,936	-7
Medium Human Development									
60 Macedonia	73.5	96.0	70	6,470	0.81	0.87	0.70	0.793	15
61 Panama	74.6	92.3	73	6,170	0.83	0.86	0.69	0.791	18
62 Belarus	69.9	99.7	88	5,520	0.75	0.95	0.67	0.790	24
63 Tonga	68.4	98.8	82	6,850	0.72	0.93	0.71	0.787	5
64 Mauritius	71.9	84.3	69	10,810	0.78	0.79	0.78	0.785	-15
65 Albania	73.6	98.7	69	4,830	0.81	0.89	0.65	0.781	31
66 Bosnia Herz.	74.0	94.6	64	5,970	0.82	0.84	0.68	0.781	15
67 Suriname	71.0	94.0	74	6,590	0.77	0.87	0.70	0.780	6
68 Venezuela	73.6	93.1	71	5,380	0.81	0.86	0.67	0.778	21
69 Romania	70.5	97.3	68	6,560	0.76	0.88	0.70	0.778	5
70 Ukraine	69.5	99.6	84	4,870	0.74	0.94	0.65	0.777	25
71 Saint Lucia	72.4	94.8	74	5,300	0.79	0.88	0.66	0.777	19
72 Brazil	68.0	86.4	92	7,770	0.72	0.88	0.73	0.755	-9
73 Colombia	72.1	92.1	68	6,370	0.78	0.84	0.69	0.773	4
74 Oman	72.3	74.4	63	13,340	0.79	0.71	0.82	0.770	-32
75 Samoa (West)	69.8	98.7	69	5,600	0.75	0.89	0.67	0.769	10
76 Thailand	69.1	92.6	73	7,010	0.74	0.86	0.71	0.768	-9
77 Saudi Arabia	72.1	77.9	57	12,650	0.79	0.71	0.81	0.768	-33
78 Kazakhstan	66.2	99.4	81	5,870	0.69	0.93	0.68	0.766	4
79 Jamaica	75.6	87.6	75	3,980	0.84	0.83	0.61	0.764	28
80 Lebanon	73.5	86.5	78	4,360	0.81	0.84	0.63	0.758	21

Human Development Index

Human Development Report 2004

Fonte: UN – United Nations

*GDP = Gross Domestic Product

QUADRO 7 – PERFORMANCE ECONÔMICA.

...TO HAVE ACCESS TO THE RESOURCES NEEDED FOR A DECENT STANDARD OF LIVING ...										
13 Economics Performance	GDP		GDP Per-capita		GDP per-capita annual growth rate (%)		GDP per-capita		Average annual change in consumer price index (%)	
	US\$ Billions 2002	PPP US\$ Billions 2002	US\$ 2002	PPP US\$ 2002	1975- 2002	1990- 2002	Highest value during 1975-2002 (PPS US\$)	Year of highest value	1990- 2002	2001-02
HDI Rank										
High Human Development										
1 Norway	190.5	166.1	41,974	36,600	2.8	3.0	36,750	2001	2.2	1.3
2 Sweden	240.3	232.5	26,929	26,050	1.5	2.0	26,050	2002	1.8	2.1
3 Australia	409.4	555.7	20,822	28,260	1.9	2.6	28,260	2002	2.3	3.0
4 Canada	714.3	924.7	22,777	29,480	1.5	2.2	29,480	2002	1.8	2.2
5 Netherlands	417.9	469.9	25,886	29,100	1.9	2.2	29,100	2002	2.5	3.5
6 Belgium	245.4	284.9	23,749	27,570	1.9	1.8	27,570	2002	1.9	1.6
7 Iceland	8.4	8.4	29,749	29,750	1.7	2.1	30,600	2001	3.1	5.2
8 USA	10,383.1	10,308.0	36,006	35,750	2.0	2.0	35,750	2002	2.6	1.6
9 Japan	3,993.4	3,425.1	31,407	26,940	2.6	1.0	26,940	2002	0.5	-0.9
10 Ireland	121.4	42.5	30,982	36,360	4.4	6.8	36,360	2002	2.6	4.7
Medium Human Development										
60 Macedonia	3.8	13.2	1,860	6,470	..	-0.7	7,350	1991	6.5	0.1
61 Panama	12.3	18.1	4,182	6,170	1.0	2.5	6,510	2000	1.1	1.0
62 Belarus	14.3	54.8	1,441	5,520	..	0.2	5,520	2002	258.0	42.5
63 Tonga	0.1	0.7	1,347	6,850	1.9	2.2	6,850	2002	3.9	10.4
64 Mauritius	4.5	13.1	3,740	10,810	4.6	4.0	10,810	2002	6.6	6.7
65 Albania	4.8	15.2	1,535	4,830	0.3	6.0	4,830	2002	21.6	7.8
66 Bosnia Herz.	5.6	..	1,362	..	..	18.0	..	..	..	..
67 Suriname	1.0	..	2,199	..	-0.8	0.5	..	..	88.0	..
68 Venezuela	94.3	135.1	3,760	5,380	-1.0	-1.0	7,810	1977	43.2	22.4
69 Romania	45.7	146.2	2,052	6,560	-1.1	0.1	6,810	1990	85.5	22.5
70 Ukraine	41.5	237.3	851	4,870	-6.6	-6.0	9,550	1989	116.7	..
71 Saint Lucia	0.7	0.8	4,124	5,300	3.7	0.2	5,850	1998	2.6	1.6
72 Brazil	452.4	1,355.0	2,593	7,770	0.8	1.3	7,770	2002	134.1	8.4
73 Colombia	80.9	278.6	1,850	6,370	1.5	0.4	6,720	1997	18.3	3.2
74 Oman	20.3	33.8	8,002	13,340	2.2	0.9	13,710	2001	-0.1	-0.7
75 Samoa (West)	0.3	1.0	1,484	5,600	..	3.2	..	..	3.7	8.1
76 Thailand	126.9	431.9	2,060	7,010	5.2	2.9	7,080	1996/4.3	0.6	..
77 Saudi Arabia	188.5	276.9	8,612	12,650	-2.5	-0.6	23,980	1977	0.7	-0.5
78 Kazakhstan	24.6	687.4	1,656	5,870	..	-0.7	5,920	1990	45.6	5.9
79 Jamaica	7.9	10.4	3,008	3,980	0.4	-0.1	4,060	1991	19.7	7.1
80 Lebanon	17.3	19.4	3,894	4,360	3.6	3.1	4,520	1997	..	..

Economic Development

Human Development Report 2004

Fonte: UN – United Nations

*GDP = Gross Domestic Product

**PPP = Purchasing Power Parity

Neste último quadro pode-se ver que o Brasil comparado com a maioria dos países que ocupam posições similares o país tem menor PIB, menor PIB per-capita, menor crescimento do PIB per-capita, mostrando que o Brasil tem capacidade mais que suficiente para reverter esta situação, tem riqueza para tal, falta colocar em prática projetos que auxiliem na real mudança desta situação.

3.2 INTRODUÇÃO - PROGRAMAS DE CARÁTER SOCIAL IMPLEMENTADOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

A partir deste momento mostrarei vários programas governamentais com o objetivo de inclusão social na cidade de São Paulo que Márcio Pochmann apresenta em seu livro “Outra Cidade é Possível”. Este livro mostra programas que foram implementados no século XXI e que já começam a mostrar resultados. Serei restrito a este autor embora saiba que existam outros bons escritos que tratam deste mesmo tema com diferentes abordagens e perspectivas. Objetivando assim desenvolver uma reflexão das principais semelhanças entre as políticas inglesas do século XVIII e as paulistanas do século XXI. Relembro que a escolha de São Paulo foi feita por se mostrar uma cidade de representatividade nacional e por ser a cidade mais cosmopolita do Brasil.

“Na experiência da Prefeitura de São Paulo (...) os programas redistributivos operam com critérios semelhantes de seleção por renda, se dirigem a distintas faixas de idade (Renda Mínima – 0-15 anos; Bolsa-Trabalho – 16-20 anos; Operação Trabalho – 21-39 anos e Começar de Novo – 40 e mais anos)...” (POCHMANN, 2003, p.71).

Essa característica presente nos programas ditos de inclusão social nos remetem às perguntas: assistir⁶ uma pessoa de zero ano até o seu falecimento é um auxílio improvisador ou uma forma de vida? Reconhecer desde cedo que os critérios são semelhantes não seria uma falha?

Para responder a estas perguntas seria necessário um aprofundamento individual, necessitando entrevistas nas quais a mentira não fosse uma opção, para que só assim pudéssemos chegar a uma conclusão objetiva caso a caso.

Como relatei anteriormente (capítulo três) na Inglaterra também eram favorecidas as crianças da mesma forma que hoje vigora o projeto Bolsa Família e São Paulo tem o Renda Mínima. São diferentes resultados de ações, mas bases

⁶ Assistir aqui assume o significado de estar presente; comparecer; residir; estar; permanecer; auxiliar; ajudar; socorrer.

ideológicas similares, já que todos auxiliam financeiramente e diretamente famílias com filhos e com um nível de renda baixo, e ainda, auxiliam mediante a mesma forma, dando mais dinheiro para quanto mais filhos a família tiver.

Sendo assim se pode fazer a seguinte comparação MALTHUS (1996, p.271) afirma que “Não tenho nenhuma dúvida de que as leis dos pobres da Inglaterra têm contribuído para elevar os preços dos mantimentos e abaixar o preço real do trabalho.” Desta forma políticas com o caráter que a prefeitura de São Paulo está implementando, para Malthus nada mais são do que a Lei dos Pobres sobre uma nova percepção, que em seu cerne nada mais causa do que a deterioração do trabalho e da renda da população. Cabe lembrar que a capacidade de aumento da produção de alimentos na época de Malthus difere da que tem-se hoje (2004) dado o desenvolvimento tecnológico, sendo essa uma crítica que se costuma atribuir a ele.

POCHMANN (2003, p.39) mostra os eixos programáticos da estratégia paulistana de inclusão social que estava ocorrendo em 2003. Lá pode-se encontrar os projetos redistributivos: renda mínima, bolsa-trabalho, bolsa-emprego, operação trabalho e começar de novo. Tem-se os programas emancipatórios: oportunidade solidária, central de crédito popular – São Paulo confia, capacitação ocupacional e aprendizagem em atividades de utilidade coletiva. Bem como os programas de apoio ao desenvolvimento local: desenvolvimento local e São Paulo inclui.

Nota-se o número elevado de programas visando a inclusão social, o esforço é tremendo para tirar o Brasil da posição de campeão da desigualdade como vimos através dos relatórios da ONU. Agora então discorrerei sobre cada projeto para melhor entendimento do leitor.

3.3 PROGRAMAS DE CARÁTER SOCIAL IMPLEMENTADOS EM SÃO PAULO – SP.

Programa de Renda Mínima.

Segundo POCHMANN (2003, p. 67) este programa abrange a população entre zero e 15 anos, ou seja 16 anos incompletos. O nível de renda familiar exigido para se ter direito ao benefício é que seja inferior a meio salário mínimo e o valor recebido como benefício é de 66% da diferença entre a renda da família e o valor de meio salário mínimo por pessoa da família. Há o estabelecimento de um limite mínimo 1/10 do salário mínimo e um valor máximo de um salário mínimo e 1/10 para o valor do recebimento. Esse programa remodelou o antigo programa de renda mínima, e as mudanças feitas “...permitiram uma maior abrangência do programa e ainda resolveram o problema da não-cobertura pelos programas sociais de parte da população excluída (de 14 a 16 anos), já que o Programa Bolsa-Trabalho na sua modalidade renda atinge o segmento de 16 a 20 anos.”(POCHMANN, 2003, p.68). Esse programa do governo de São Paulo nos dois primeiros anos de existência atendeu 193.612 famílias e o valor médio do benefício é de R\$111,60 (POCHMANN, 2003, p.69). Se o programa tem o caráter de inclusão social, e antes o programa abrangia de zero a quatorze anos por que estender até dezesseis se já se beneficiaram de um programa de combate à exclusão até os quatorze anos? Se antes o programa não incluía, por que agora irá incluir?

Este programa paulistano mostra desde sua formulação uma semelhança com as antigas políticas inglesas do séc. XVIII, que dava dinheiro para as famílias pobres por cada filho que se tinha. Desta forma, como história mostra, a população pobre talvez por ter tido menos noção de certo e errado, acaba tendo mais um filho o que implica em custos adicionais. Como já afirmado por HEILBRONER (1996, p. 90): “Hoje, o controle de nascimento parece ter sido praticado pelas classes altas ao longo da História, o que é uma das razões pelas

quais os ricos têm riquezas e os pobres têm filhos.” Uma possível interpretação, de cunho utilitarista, é que ao invés do programa estimular a procura de um trabalho, estimula na verdade a acomodação, já que se a família ganhar R\$140,00 trabalhando e mais R\$111,60 sem trabalhar, um emprego teria que ser superior a R\$251,60 para que a família de pobre venha a se interessar em incluir-se socialmente através de empregos mais bem remunerados e com maiores possibilidades de aprendizagem. Isto pois essas pessoas assistidas se enquadram na exclusão social tradicional, não têm emprego por pertencerem a certos grupos sociais que apresentam uma maior dificuldade de inclusão atualmente, como os pobres e negros. Portanto, qualquer ajuda para incluir socialmente através de incentivos empresariais via contratação teria que remunerar mais de R\$251,60 para retirar o cidadão da lista de beneficiários do programa e coloca-lo no mercado de trabalho, tornando qualquer projeto com este intuito muito difícil de ser executado.

Programa Bolsa-Trabalho

Para participar deste programa é necessário.

...ter entre 16 e 20 anos; estar estudando ou ter concluído o ensino médio; não exercer atividades remunerada ou estar desempregado sem receber rendimentos próprios; residir em São Paulo há, no mínimo, dois anos; pertencer a famílias cuja renda bruta familiar per-capita seja igual ou inferior a meio salário mínimo mensal; cumprir as obrigações estabelecidas no Termo de Responsabilidade e Compromisso. (POCHMANN, 2003, p. 80).

Considerando que um jovem nesta idade, que não pode estar trabalhando tem que ter alguém para sustentá-lo minimamente, e estas pessoas não podem receber mais que R\$130,00 reais nos dias de hoje, o que significa R\$4,30 reais por dia, US\$1,40 por dia (câmbio US\$1 para R\$3). Se olharmos para a forma de cálculo da linha da pobreza fornecida pela Organização das Nações Unidas vê-se que:

“Measurement Methods: The % Population Living Below Poverty Line (H) is the proportion of the population whose economic welfare (y) is less than the

poverty line (z). If q people are deemed to be poor in a population of size n then $H=q/n$. For computing the % Population Living Below Poverty Line, estimates of individual economic welfare and the poverty line are required.” (UN, 2001).⁷

Criando uma situação hipotética, utilizarei somente um indivíduo para o cálculo, sendo assim pode-se traçar uma linha de pobreza qualquer, imaginária, mas ao invés disso utilizarei US\$1,00 por dia e isto é para a linha da MISÉRIA. Pode-se ver claramente que US\$1,40 é para no mínimo duas pessoas, ou seja US\$0,70 por pessoa, o que coloca esta família abaixo da linha da miséria, além disto, o jovem deve estar matriculado ou ter concluído o ensino médio. Cumprindo estas exigências o valor a ser pago e o tempo de ajuda é que "Ao participar do programa, o jovem recebe um valor monetário que corresponde a 45% do valor do salário mínimo nacional vigente, mais o valor para as despesas de locomoção para os locais dos cursos e atividades e um seguro de vida coletivo (...) A permanência do jovem no programa é de no mínimo seis meses...”.(POCHMANN, 2003, p. 81).

O valor pago hoje (em 2004) é então de R\$117,00 e o preço do vale transporte em São Paulo é de R\$1,60 (Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo), considerando 2 vales por dia temos R\$3,20 por dia e R\$96,00 reais por mês. Sem considerar o seguro de vida, que se fosse privado estaria na ordem de R\$10,00 ao mês no mínimo. Somando-se tudo, encontra-se o valor de R\$223,00 por mês por no mínimo 6 meses, isto para um jovem que tem uma renda familiar de no máximo R\$130,00, acrescentando-se isso ao valor recebido pelo Estado temos R\$353,00. Considerando que R\$130,00 é o valor máximo que a família pode estar recebendo para participar deste programa, pode-se dizer que a ajuda do Estado é, nesta situação hipotética, de 1/2 ou mais da renda familiar deste jovem. Deve-se pensar com relação às condições impostas para a participação no programa, afinal, tem-se que ser um jovem, com uma renda muito baixa e que esteja matriculado em uma escola, para se ser tão pobre

⁷ Trad: “Método de cálculo: A % da população vivendo abaixo da linha da pobreza (H) é a proporção da população na qual o bem estar econômico (y) é menor que a linha da pobreza (z). Se q pessoas estão destinadas a serem pobres em uma população de tamanho n então $H=q/n$. Para computar a % da população vivendo abaixo da linha da pobreza, estimação do bem estar econômico individual e a linha da pobreza são requeridos.”

é provável que more em um local de difícil acesso, sendo assim teria que ter um gasto com locomoção, será mais importante locomover-se até o colégio ou comprar o arroz e feijão para o almoço? Relembrando, a renda exigida para se integrar ao programa é muito baixa, e a passagem de ônibus não é barata.

Vale aqui lembrar que na Inglaterra do século XVIII também o caso dos “mendigos domiciliados”, que dizia que um cidadão só poderia pedir esmola nas ruas se residisse a uma certa distância da sua casa e que por lá morasse a mais de 6 meses no mínimo, ou que tivesse alguém digno de fé para lhe garantir permanência. O programa acima só beneficia aqueles moradores que residem em São Paulo há no mínimo dois anos. Guardando as devidas proporções pode-se destacar a semelhança com relação à condição da localização da moradia para ser permitida a mendicância na Inglaterra e para fazer parte do Programa em São Paulo.

Outras iniciativas para abranger o Programa.

...foram desenvolvidas no Município de São Paulo três ações complementares ao Programa Bolsa-Trabalho: Bolsa-Trabalho Cursinho, Bolsa-Trabalho Estágio e Bolsa-Trabalho Emprego.

Desta forma, passou-se a atender no Bolsa-Trabalho jovens de 16 a 29 anos, conformando uma política pública municipal de longo alcance e integrada, que assegura o atendimento da população de baixa renda desde o nascimento, por meio do Renda Mínima... (POCHMANN, 2003, p. 89-90).

O mais intrigante nestes dois primeiros programas analisados é o fator “abranger a todas as faixas etárias”, assim, uma pessoa pode receber ajuda pela vida inteira, desde o nascimento até a morte. Isto pois, se o cidadão não arranjar emprego ele ganha curso remunerado. Se continuar desempregado, como tratarei abaixo, é encaminhado a um emprego, se não der certo ganha linha de crédito, se falhar, ganha novos cursos de capacitação, pois os outros que teve já estão ultrapassados. E se no final da vida, se não foi bem sucedido, existem programas voltados para os que têm 60 anos ou mais, desta forma as ditas políticas de Inclusão Social lhe acompanham pela vida inteira.

Então cabe a pergunta, se o Estado cria um programa de inclusão social o que se espera do programa? Espera-se que este programa inclua socialmente, que os menos afortunados tornem-se cidadãos integrantes da sociedade e para tal lhe é necessário educação, emprego e renda. Sendo assim acrescento, se o programa inclui socialmente, por que existem e criam-se programas novos ou reformulam os antigos para amparar todas as faixas etárias? A qualidade da educação financiada, do primeiro emprego oferecido, da linha de crédito ofertada, do curso ministrado está à altura da exigência do mercado? O sistema econômico capitalista permite a inclusão social ou ela é contrária aos seus fundamentos mais essenciais? Lógico que a resposta a estas perguntas não são completamente certas ou erradas, no caso, não se pode dizer que 100% dos ajudados estão sendo incluídos ou mantendo-se excluídos, mas, pelo número de pessoas que se inscrevem em tais programas, sejam eles de qualquer faixa etária é muito elevado, tornando esta pergunta pertinente, e ainda o tempo de permanência nos programas raramente não é o máximo permitido.

Portanto, o Estado ou inclui estas pessoas ou as ampara indefinidamente. Isto pode esconder um triste fato da realidade brasileira, onde os 10% mais ricos acumulam mais de 50% da riqueza da nação.

Programa Operação Trabalho.

Para participar deste programa é necessário ter "... maior tempo de desemprego, morador de rua em processo de reinserção social, menor renda familiar, menor escolaridade, famílias com filhos desnutridos, famílias monoparentais, famílias com maior número de filhos ou dependentes, condições de moradia, deficientes físicos e egressos do sistema penitenciário." (POCHMANN, 2003, p. 94).

Neste Programa o "ajudado" é encaminhado para um trabalho, não através do Estado, mas sim privado.

Enfatiza-se que, ao contrário de uma empresa, onde o "patrão" seleciona por meio de critérios de concorrência do mercado de trabalho, ou seja, pela maior experiência profissional, maior escolaridade, menor tempo de desemprego, menor idade, pela aparência e pela multifuncionalidade, nos programas sociais, e especificamente no caso

do Operação Trabalho, a seleção visa a inclusão dos mais necessitados, uma vez que o mercado de trabalho se mostra incapaz de resolver as questões sociais. (POCHMANN, 2003, p. 96).

Este projeto aniquila com a livre concorrência e sua possível capacidade de inserção social. Trata-se de vagas abertas por “quotas” políticas tão polêmica quanto às quotas universitárias já implementadas, estas somente são abertas no mercado de trabalho, a polêmica deveria ser a mesma.

Aqui há um desafio na definição dos critérios de participação no programa. Pode-se, por exemplo, prejudicar um rapaz que não é pobre, mas também não é “rico”, uma pessoa da classe média, que tirou de seu próprio bolso o dinheiro para os cursos profissionalizantes que o pobre ganhou do Estado, este que está a um passo da pobreza, mas que “batalha” e “corre atrás”. Esse cidadão pode ser esmagado pela política de Inclusão Social que emprega pessoas que estão praticamente iguais a ele, mas que por um decreto têm vagas garantidas. Seria então dizer que as grandes fumas contratam por indicação interna e as outras contratam por indicação governamental baseada na pobreza.

Para que tal situação não se torne uma epidemia, na qual o médico espera o paciente ficar doente para ouvi-lo e não aplicando a simples noção de prevenção, deve-se objetivar o aumento do número de postos de trabalho, independente da qualificação necessária para a função. Desta forma, ninguém seria privilegiado (mesmo que por suas mazelas) para um emprego, daria igual oportunidade, e diminuiria o gasto público em um programa social para um outro programa que vise a geração de emprego, que por fim, gera uma melhoria não somente do mais necessitado, mas como por igual para toda a sociedade, fazendo assim prevalecer a grande verdade das políticas de proteção social, justiça social.

Vale lembrar aqui das *Workhouses* inglesas, onde lá só trabalhavam aqueles que não tinham condições de subsistirem, para assim ganhar ao final do dia a comida para sobreviver o período de sono. A comparação é feita pois o trabalho é realizado por alguém que não deveria estar fazendo o serviço, mas que por indicação religiosa, ou mesmo do Estado está trabalhando. No fim, o fato do encarecimento dos produtos e a deterioração do valor do trabalho são os resultados que se colhem na visão de Malthus, seria essa a nossa realidade?

Programa Começar de Novo.

Para participar deste programa e seus compromissos com o ajudado o Estado visa a

... reinscrição socioeconômica de desempregados com idade igual ou superior a 40 (quarenta) anos, pertencentes a famílias de baixa renda, consistindo, para isso, na concessão de auxílio pecuniário, em valor equivalente a 2/3 (dois terços) do salário mínimo nacional vigente, além de seguro de vida coletivo e atendimento de despesas de deslocamento para a realização de atividades comunitárias e de formação, com duração de 6 (seis) meses, passível de prorrogação, ministradas pelos órgãos municipais ou por entidades conveniadas ou parceiras. (POCHMANN, 2003, p. 104).

O programa Começar de Novo tem características parecidas com os programas anteriores, mas que ao invés de aplicarem-se a determinada faixa etária ele abarca as pessoas com mais de quarenta anos. Há semelhanças neste programa com a reflexão feita ao programa anterior quanto à dificuldade de se criar políticas sociais. Pode acontecer de excluir os trabalhadores que não estão pobres ainda, mas que estão qualificados para achar trabalho, já que esses ditos pobres estarão mais bem qualificados depois de seis meses de cursos intensos, enquanto o outro, que não tem a possibilidade de pagar cursos ou de receber ajuda do Estado, espera ficar pobre para receber a ajuda do Estado, isso são ditas Políticas de Inclusão Social. Quando na verdade, como já dito antes, deve-se criar emprego em número suficiente para abarcar tanto os pobres quanto os quase pobres, para que assim o número de pessoas com rendimentos inferiores ao aceitável possa diminuir progressiva e permanentemente. Isto só pode ser alcançado através de crescimento e desenvolvimento sustentado por um longo período de tempo, e não por políticas de ajuda direta. Será isso possível na economia atual?

Programa Capacitação Ocupacional e Aprendizagem em Atividades de Utilidade Coletiva.

O foco prioritário do programa são os beneficiários dos programas redistributivos da SDTS/PMSP (Bolsa-Trabalho, Começar de Novo, Renda Mínima e Operação Trabalho), compreendendo, em síntese: a população dos 96 distritos administrativos do

Município de São Paulo, os desempregados de forma geral e os trabalhadores ocupados sob o risco de rompimento da relação de trabalho, a população rural cadastrada nos programas sociais e o povo indígena do município. (...) A metodologia (...) esta estruturada com 160 horas de duração, divididas em seis blocos temáticos articulados, ministrados com carga horária diária de 4 horas. (POCHMANN, 2003, p. 116-117).

Este programa tem objetivo claro de capacitar uma pessoa excluída da sociedade tornando-a apta à inclusão social. O programa é dividido em blocos temáticos com cargas horárias altíssimas e com uma diversidade trabalhista imensa, tornando-se uma meta para qualquer pessoa que se sinta incapaz de entrar no mercado de trabalho com suas qualificações atuais. Infelizmente Mareio Pochmann (2003) em seu livro não mostra em meio as várias tabelas quantas pessoas são ajudadas, quantas destas pessoas se inseriram no mercado de trabalho, deixando assim de fazerem parte dos excluídos socialmente. Isto só faz aumentar as dúvidas quanto a qualificação ofertada pelo Estado, seja através de políticas diretas como estes programas, seja pelos meios tradicionais (escolas públicas e federais). Se essa qualificação supre a necessidade do mercado, contribuindo assim para a nova exclusão social, diminuindo o número de desempregados sem qualificação e aumentando o desemprego dos qualificados, mesmo que estes qualificados sejam ofertados ao mercado diretamente pelo Estado.

O mercado então só poderia absorver estes indivíduos caso a base produtiva do país aumentasse, com crescimento e desenvolvimento econômico sustentado.

Esse programa, por abranger a população rural e os indígenas, aqueles que ainda não foram abarcados pela urbanização das últimas décadas, me faz remeter a época em que a Inglaterra sofria com a Lei dos Cercamentos, onde a população rural não tinha para onde ir além das cidades já super-povoadas. Parece até mesmo a solução que a Inglaterra do século XVIII deixou de ver, e que hoje, com as constantes invasões de áreas indígena e o número crescente de adesão ao Movimento dos Sem Terra o Governo de São Paulo diagnosticou um problema e tenta combatê-lo com este programa. Parece claro que o erro inglês foi retirar o

povo do meio rural, tirando todo o incentivo a permanecerem lá e deixando como única opção as cidades que não mais poderiam receber trabalhadores.

Programa Oportunidade Solidária.

O Programa parte da estratégia paulistana de inclusão social e visa contribuir para tal por meio do fomento à cooperação, à economia solidária (cooperativismo, associativismo, redes e outras formas) e à economia popular (micro e pequenos negócios individuais), prioritariamente entre os beneficiários dos programas de garantia de renda (Renda Mínima, Começar de Novo, Bolsa-Trabalho e Operação Trabalho). (...) O público-alvo do programa é constituído de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza no Município de São Paulo e, em decorrência disto, estão excluídos do acesso aos recursos produzidos socialmente para a promoção de uma vida digna (POCHMANN, 2003, p. 137-138).

No livro, o próprio Pochmann nos alerta para o fato óbvio da grande proporção dos indivíduos que aderem a primeira fase do programa serem pessoas analfabetas, semi-analfabetas ou analfabetas funcionais, mostrando ser um programa que por motivos óbvios atraem a atenção de muitos, mas que ao mesmo tempo mostra que o alvo desta política pode não está sendo alcançado, que é dar a possibilidade de pessoas dotadas de capacidade empresarial de abrirem seu negócios e gerarem benefícios a comunidade. Com este perfil de pessoas cadastradas no programa o Estado tem que despender mais horas/aula e didáticas diferentes para que as turmas da primeira etapa não sejam perdidas, fato este que pode não ser adequado, já que a segunda fase mostra-se mandatário o conhecimento mais aprofundado de diversos tópicos que somente uma pessoa mais letrada poderia abster.

Diante do perfil das pessoas, já descrito, e do contexto socioeconômico adverso para a viabilização dos empreendimentos, entre construção e desconstrução, foi definido um processo de dez meses, somando em torno de quinhentas horas de atividades diretas com os beneficiários. Os quatro primeiros meses são entendidos como pré-incubação e os seis meses seguintes como incubação. Permanecem na fase de incubação apenas aqueles beneficiários que chegaram a elaborar, na pré-incubação, um projeto de empreendimento e que desejam incubá-lo. (POCHMANN, 2003, p. 147-148).

Programa Central de Crédito Popular – São Paulo Confia.

“O programa foi criado para operar e articular linhas de crédito como forma de facilitar seu acesso àqueles empreendedores populares que, em virtude de sua fragilidade socioeconômica, sempre tiveram dificuldade de obter recursos financeiros para responder às suas necessidades.” (POCHMANN, 2003, p. 167).

O objetivo deste programa é atender às pessoas que diferentemente do caso anterior já têm o mínimo necessário para abrirem seu próprio negócio, faltando-lhes somente o crédito.

Este programa é singular em atender as pessoas que pelas vias comuns não teriam acesso a este tipo de linha de crédito. Foram feitas algumas associações com bancos para que os entraves mais comuns ao crédito fossem quebrados, como por exemplo, o nome sujo na praça, a necessidade de um avalista, um montante em dinheiro próprio para investimento, dentre outros. Isto foi feito dando a garantia aos bancos da baixa taxa de inadimplência, sendo isto garantido através de estudos junto às comunidades e avaliação precisa dos fatos, para que nenhuma injustiça fosse cometida.

Sendo assim este é um grande projeto de inclusão social, que visa dinamizar a economia nas regiões em que o dinamismo econômico é falho, criando-se dentro da própria comunidade emprego e renda através do próprio suor dos trabalhadores.

Neste programa o Governo por fim acaba colocando em prática uma linha de raciocínio que Malthus quis imbuir nas pessoas de sua época. Isto ocorre pois aqui existe o estímulo ao aumento da produção. É dado o dinheiro não para se autoproverem, mas para criarem condições para tal, com isto a pessoa pode criar a noção de multiplicador, onde a sua ação desencadeia fatores positivos à comunidade a qual pertence, gerando renda e bem-estar social principalmente.

Programa Desenvolvimento Local.

Trata-se de um programa cujo objetivo é promover o desenvolvimento local sustentável através da criação de espaços de discussão e articulação entre o poder público e atores da sociedade civil organizada. Isto é, da institucionalização de fóruns de discussão capazes de estudar, propor e ajudar na implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local e para o combate à exclusão social. (POCHMANN, 2003, p. 183).

Este é um programa que pode gerar inclusão social já que houve um sério planejamento das necessidades do programa, primeiramente criaram bons núcleos de discussão, ampliando de forma coesa os meios de discussão da população diretamente com os órgãos competentes. Adicionando-se a isto estes núcleos de discussão eram em cada região focados diretamente no problema local, distrital, e não nos problemas gerais, amplos. O programa está voltado para atender as condições específicas de cada região e não tenta aplicar a mesma solução em diversos casos diferentes.

Além desses dois fatores extremamente positivos o programa de forma ambiciosa propõe fazer a integração de diferentes prefeituras e distritos para, desta forma integrar as políticas sociais.

Com estes núcleos voltados para os problemas e sugestões locais, puderam empenhar-se em atividades de alta importância para a região, voltadas para as potencialidades da região, tentando tornar o programa o mais objetivo possível, focado sempre na geração de emprego e renda, fatores sempre presentes nos pensamentos malthusianos.

A organização deste programa é que o torna singular, pois somente existirá um núcleo caso haja consenso entre todas as partes envolvidas, que são, prefeituras, entidades patronais, empresários, sindicatos, ONG's, enfim, qualquer entidade ou pessoa física que fosse estar relacionada diretamente com o projeto deveria estar 100% de acordo com as normas e diretrizes, fazendo assim com que todos trabalhassem em prol do mesmo fim.

Com isto este programa não depende de instâncias superiores, as decisões tomadas, uma vez aceitas, tornar-se-ão reais. Haverá a implementação do projeto na comunidade e a sociedade local usufruirá seus benefícios sem esperar os trâmites legais exaustivos. O que torna o programa um pouco lento é exatamente suas vantagens, onde todos devam concordar e trabalhar juntos, apesar disto ser o ponto forte deste programa, é o que o torna um pouco lento sua execução. Mas diferente dos outros gera desde sua base uma verdadeira noção de inclusão social através do crescimento e do trabalho coletivo.

Programa São Paulo Inclui.

Como um dos programas que constitui os esforços da SDTS [Secretária do Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade] na busca pelo desenvolvimento local, o Programa São Paulo Inclui amarra duas pontas: uma que une os beneficiários dos Programas Redistributivos com as possibilidades de emprego assalariado em suas áreas de moradia; outra, que aproxima os prestadores de serviços e os pequenos produtores de seus mercados locais, objetivando gerar mais troca, mais dinamismo econômico e melhores oportunidades de ocupação e renda na região. (POCHMANN, 2003, p. 195).

Com este programa a prefeitura de São Paulo espera unir todos os programas anteriores citados e mais as pessoas que não se enquadram neles para o encaminhamento de pessoas desempregadas a postos de trabalho, para o incentivo ao auto-emprego e ainda como intermediário da comunidade em diversos ramos.

Este programa ainda conta com a correta implementação dos programas anteriores, e como vimos é uma tarefa um tanto quanto árdua depender de outros fatores para a boa realização de um objetivo tão importante quanto a inclusão social no Brasil.

CONCLUSÃO – REFLEXÕES SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ao longo desta monografia mostrei dois períodos históricos que procuravam combater a pobreza com as medidas que estavam a seu alcance. No primeiro, a Inglaterra do século XVIII, a ajuda vinha do Estado através da igreja, com ajuda financeira direta e com a obrigação do trabalho, e em alguns casos protegendo o cidadão de uma localidade de estrangeiros. No segundo período, o século XXI é tratado através dos Programas de Inclusão Social de São Paulo. Ele tem em seu início uma semelhança muito grande com a forma de combate à pobreza da Inglaterra do séc. XVIII, pois visa assistir os menos afortunados mediante algumas circunstâncias, seja trabalhando, seja somente recebendo dinheiro, seja criança, adulto, idoso ou inválido. As diferenças neste sentido entre as épocas é que no passado não havia um planejamento estrutural como se tem hoje em São Paulo, existe um trabalho intenso sobre como tratar do assunto. Os resultados que foram obtidos na Inglaterra são similares aos que se tem hoje em São Paulo: não há nenhum dado que indique que o nível de pobreza tenha diminuído e, pelo contrário, parece ter aumentado.

As épocas são bastante diferentes já que a tecnologia evoluiu tanto e a ciência não pára de crescer tem-se então sistemas de comunicação muito mais avançados que os do passado, ajudando assim a mais rápida tomada de decisões a longas distâncias, sem contar a maior diversidade de ramos de atuação trabalhista e a uma maior população e mesmo de produção. Isto tudo poderia sugerir meios mais eficientes de tratar problema da exclusão social. No entanto, deve-se ter em mente o surgimento de algumas complicações também, por exemplo, o aumento populacional tido desde a Revolução Industrial.

O que se pôde perceber da análise das tentativas de combate a pobreza é que apresentam muitas semelhanças. Deve-se notar que em todos os casos, o que se estava combatendo era a pobreza, seja a pobreza do século XVIII seja a pobreza do século XXI, já que a pobreza em essência é a mesma, pois pobreza é a falta do necessário para a sobrevivência. As soluções são visualmente

diferentes, mas ideologicamente semelhantes em muitos aspectos como foi visto ao longo do texto.

Tendo em vista que a nossa realidade, nossos meios, e inclusive nosso intelecto e tecnologia são completamente diferentes dos do passado, deve-se pensar em focos de ação diferentes daqueles do passado. Sempre existe mais de um caminho que pode ser trilhado para se chegar a um objetivo, cabe aos agentes atuantes trilharem esta nova rota inexplorada, ou pelo menos pouco explorada.

Seria um erro histórico a se repetir ano após ano ou simplesmente uma mesma tentativa cujo fim melancólico já se conhece e não se importa com os resultados? Seriam as políticas de Inclusão Social da história uma forma de falsa esperança, de achar a paz mental coletiva dizendo “Nós estamos tentando ajudá-los?” Mesmo que isto seja um fator subconsciente? A resposta para estas perguntas estão guardadas no coração de cada agente atuante da sociedade e a solução para a correção deste problema talvez só seja achada com uma profunda reflexão da real situação e uma tentativa consciente de combate a um mal que assola o mundo inteiro e há tanto tempo.

REFERÊNCIAS

- BLAUG, M. População, Rendimentos Decrescentes e Renda. In: _____. **História do Pensamento Econômico**. 4ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989. p. 111 – 137.
- CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- DENIS, H. A demonstração da utilidade da miséria por Malthus. In: _____. **História do Pensamento Econômico**. 7ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1993. p. 307-321.
- DENIS, H. O Utilitarismo socialista de William Godwin. In: _____. **História do Pensamento Econômico**. 7ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1993. p. 262-266.
- GALBRAITH, J.K. **O Pensamento Econômico em perspectiva**. 1ª ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989.
- HEILBRONER, R. Os Sombrios Pressentimentos do Pároco Malthus e David Ricardo. In: _____. **A História do Pensamento Econômico**. 6ª ed. São Paulo: Nova Cultura, 1996. p. 73 – 101.
- HEILBRONER, R. O Subjetivismo Racionalista: A Economia de Bentham, Say e Sênior. In: _____. **A História do Pensamento Econômico**. 6ª ed. São Paulo: Nova Cultura, 1996. p. 147 – 168.
- HOBSBAWM, E.J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 3ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- HUNT, E. K. Thomas Robert Malthus. In: _____. **História do Pensamento Econômico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 85 – 103.
- HUNT, E. K.; SHERMAN. O Conflito Latente no Pensamento Mercantilista. In: _____. **História do Pensamento Econômico**. 7ª ed. São Paulo: Vozes, 1999. p. 41 – 52.
- HUNT, E. K.; SHERMAN. O Liberalismo Clássico e o Triunfo do Capitalismo Industrial. In: _____. **História do Pensamento Econômico**. 7ª ed. São Paulo: Vozes, 1999. p. 53 – 69.
- MALTHUS, T. R. **Ensaio Sobre a População**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

ONU. **Percent of Population Living Below Poverty Line**. ONU. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/isdms2001/isdms2001socialA.htm#povertyline>> Acesso em: 01,10,2004.

POCHMANN, M. **Outra Cidade é Possível**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS. **Serviços**. Disponível em: <http://www.stm.sp.gov.br/servicos_empresas.htm> Acesso em: 01,10,2004.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - DADOS LOCACIONAIS PRESENTADOS POR MALTHUS
EM “Ensaio Sobre a População” 53

APÊNDICE 2 - TRADUÇÃO DOS QUADROS DA ONU.....55

**APÊNDICE 1 - DADOS LOCACIONAIS
APRESENTADOS POR
MALTHUS EM “Ensaio sobre a
População”.**

No Reino da Prússia e no Ducado da Lituânia.

Média anual	Nascimentos	Óbitos	Casamentos	Proporção de nascimentos p/ casamentos	Proporção de nascimentos p/ óbitos
10 anos até 1702	21.963	14718	5.928	37 p/ 10	150 p/ 100
5 anos até 1716	21.602	11.984	4.968	37p/ 10	180 p/ 100
5 anos até 1756	28.392	19.154	5.599	50p/ 10	148 p/ 100

Ducado da Pomerânia

Média anual	Nascimentos	Óbitos	Casamentos	Proporção de nascimentos p/ casamentos	Proporção de nascimentos p/ óbitos
6 anos até 1702	6.540	4.647	1.810	36 p/ 10	140 p/ 100
6 anos até 1708	7.455	4.208	1.875	39 p/ 10	177 p/ 100
6 anos até 1726	8.432	5.627	2.131	39 p/ 10	150 p/ 100
4 anos até 1756	12.767	9.281	2.957	43 p/ 10	137 p/ 100

Neumark de Brandenburgo

Média anual	Nascimentos	Óbitos	Casamentos	Proporção de nascimentos p/ casamentos	Proporção de nascimentos p/ óbitos
5 anos até 1701	5.433	3.483	1.436	37 p/ 10	155 p/ 100
5 anos até 1726	7.012	4.254	1.713	40 p/ 10	164 p/ 100
5 anos até 1756	7.978	5.567	1.891	42 p/ 10	143 p/ 100

Ducado de Magdeburgo

Média anual	Nascimentos	Óbitos	Casamentos	Proporção de nascimentos p/ casamentos	Proporção de nascimentos p/ óbitos
5 anos até 1702	6.431	4.103	1.681	38 p/ 10	156 p/ 100
5 anos até 1717	7.590	5.335	2.076	36 p/ 10	142 p/ 100
5 anos até 1756	8.850	8.069	2.193	40 p/ 10	109 p/ 100

APÊNDICE 2 – TRADUÇÃO DOS QUADROS DA ONU.

Monitorando o Desenvolvimento Humano: Aumentando a Escolha das Pessoas...										
1	Índice de Desenvolvimento Humano	Expectativa de vida ao nascer (ano) 2002	Taxa de adultos capazes de ler e escrever (% 15 anos e acima) 2002	Relação bruta combinada de inscrição para escola primária, secundária e terciária. (%) 2001/02	PIB per-capita (PPP US\$) 2002	Índice de expectativa de vida	Índice de Educação	Índice PIB	Índice de Desenv. Humano (HDI) Valor 2002	Rank PIB per-capita (PPP US\$) menos rank HDI
Rank HDI										
Desenvolvimento Humano Alto										
1	Noruega	78,9	-	98	36,600	0,90	0,99	0,99	0,956	1
2	Suécia	80	-	114	26,050	0,92	0,99	0,93	0,946	19
3	Austrália	79,1	-	113	28,260	0,90	0,99	0,94	0,946	9
4	Canadá	79,3	-	95	29,480	0,90	0,98	0,95	0,943	5
5	Holanda	78,3	-	99	29,100	0,89	0,99	0,95	0,942	6
6	Bélgica	78,7	-	111	27,570	0,90	0,99	0,94	0,942	7
7	Islândia	79,7	-	90	29,750	0,91	0,96	0,95	0,941	1
8	USA	77,0	-	92	35,750	0,87	0,97	0,98	0,939	-4
9	Japão	81,5	-	84	26,940	0,94	0,94	0,93	0,938	6
10	Irlanda	76,9	-	90	36,360	0,86	0,96	0,98	0,936	-7
Desenvolvimento Humano Médio										
60	Macedônia	73.5	96.0	70	6,470	0.81	0.87	0.70	0.793	15
61	Panamá	74.6	92.3	73	6,170	0.83	0.86	0.69	0.791	18
62	Bielo Rússia	69.9	99.7	88	5.520	0.75	0.95	0.67	0.790	24
63	Tonga	68.4	98.8	82	6,850	0.72	0.93	0.71	0.787	5
64	Maurício	71.9	84.3	69	10,810	0.78	0.79	0.78	0.785	-15
65	Albânia	73.6	98.7	69	4,830	0.81	0.89	0.65	0.781	31
66	Bósnia Herz.	74.0	94.6	64	5,970	0.82	0.84	0.68	0.781	15
67	Suriname	71.0	94.0	74	6,590	0.77	0.87	0.70	0.780	6
68	Venezuela	73.6	93.1	71	5,380	0.81	0.86	0.67	0.778	21
69	Romênia	70.5	97.3	68	6,560	0.76	0.88	0.70	0.778	5
70	Ucrânia	69.5	99.6	84	4,870	0.74	0.94	0.65	0.777	25
71	Santa Lucia	72.4	94.8	74	5,300	0.79	0.88	0.66	0.777	19
72	Brasil	68.0	86.4	92	7,770	0.72	0.88	0.73	0.755	-9
73	Colômbia	72.1	92.1	68	6,370	0.78	0.84	0.69	0.773	4
74	Omã	72.3	74.4	63	13,340	0.79	0.71	0.82	0.770	-32
75	Samoa (Ocid.)	69.8	98.7	69	5,600	0.75	0.89	0.67	0.769	10
76	Tailândia	69.1	92.6	73	7,010	0.74	0.86	0.71	0.768	-9
77	Arábia Saudita	72.1	77.9	57	12,650	0.79	0.71	0.81	0.768	-33
78	Cazaquistão	66.2	99.4	81	5,870	0.69	0.93	0.68	0.766	4
79	Jamaica	75.6	87.6	75	3,980	0.84	0.83	0.61	0.764	28
80	Libano	73.5	86.5	78	4,360	0.81	0.84	0.63	0.758	21

Fonte: ONU – Organização das Nações Unidas
Human Development Report 2004
Índice de Desenvolvimento Humano

Monitorando o Desenvolvimento Humano: Aumentando a Escolha das Pessoas...							
2							
Variações no Índice de Desenvolvimento Humano	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2002
Rank HDI							
Desenvolvimento Humano Alto							
1 Noruega	0,866	0,886	0,897	0,911	0,935	0,954	0,956
2 Suécia	0,863	0,873	0,885	0,895	0,928	0,943	0,946
3 Austrália	0,847	0,864	0,877	0,892	0,932	0,942	0,946
4 Canadá	0,869	0,885	0,908	0,928	0,933	0,939	0,943
5 Holanda	0,865	0,877	0,891	0,907	0,927	0,938	0,942
6 Bélgica	0,845	0,862	0,876	0,897	0,927	0,940	0,942
7 Islândia	0,862	0,885	0,895	0,913	0,919	0,939	0,941
8 USA	0,866	0,886	0,899	0,914	0,926	0,935	0,939
9 Japão	0,854	0,879	0,894	0,910	0,924	0,934	0,938
10 Irlanda	0,810	0,825	0,844	0,869	0,893	0,926	0,936
Desenvolvimento Humano Médio							
60 Macedônia	..	..	..	..	..	..	0,793
61 Panamá	0,708	0,735	0,746	0,748	0,771	0,791	0,791
62 Bielo Rússia	..	..	..	0,785	0,752	0,775	0,790
63 Tonga	..	..	..	..	..	..	0,787
64 Maurício	..	0,658	0,689	0,723	0,747	0,775	0,785
65 Albânia	..	..	0,69	0,702	0,702	0,740	0,781
66 Bósnia Herz.	..	..	..	..	..	..	0,781
67 Suriname	..	..	..	..	..	..	0,780
68 Venezuela	0,716	0,730	0,739	0,759	0,768	0,776	0,778
69 Romênia	..	..	..	0,771	0,769	0,773	0,778
70 Ucrânia	..	..	..	0,798	0,751	0,762	0,777
71 Santa Lúcia	..	..	..	..	..	..	0,777
72 Brasil	0,644	0,680	0,695	0,714	0,739	0,771	0,775
73 Colômbia	0,661	0,689	0,706	0,727	0,751	0,771	0,773
74 Omã	0,493	0,546	0,640	0,696	0,733	0,761	0,770
75 Samoa (Ocid.)	..	..	..	..	0,741	0,762	0,769
76 Tailândia	0,613	0,651	0,676	0,707	0,742	..	0,768
77 Arábia Saudita	0,602	0,656	0,671	0,707	0,741	0,764	0,768
78 Cazaquistão	..	..	..	0,767	0,725	0,744	0,766
79 Jamaica	0,687	0,695	0,699	0,726	0,737	0,752	0,764
80 Líbano	..	..	..	0,673	0,732	0,752	0,758

Fonte: ONU – Organização das Nações Unidas
Variações no Índice de Desenvolvimento Humano
Human Development Report 2004

...PARA TER ACESSO AOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA UM PADRÃO DE VIDA NORMAL...										
13	PIB		PIB Per-capita		PIB per-capita . Taxa anual de crescimento (%)		PIB per-capita		Variação anual normal no índice do preço ao consumidor (%)	
	US\$ Bilhões 2002	PPC US\$ Bilhões 2002	US\$ 2002	PPC US\$ 2002	1975-2002	1990-2002	Maior valor entre 1975-2002 (PPS US\$)	Ano com o maior valor	1990-2002	2001-02
Rank HDI										
Desenvolvimento Humano Alto										
1 Noruega	190.5	166.1	41,974	36,600	2.8	3.0	36,750	2001	2.2	1.3
2 Suécia	240.3	232.5	26,929	26,050	1.5	2.0	26,050	2002	1.8	2.1
3 Austrália	409.4	555.7	20,822	28,260	1.9	2.6	28,260	2002	2.3	3.0
4 Canadá	714.3	924.7	22,777	29,480	15	2.2	29,480	2002	1.8	2.2
5 Holanda	417.9	469.9	25,886	29,100	1.9	2.2	29,100	2002	2.5	3.5
6 Bélgica	245.4	284.9	23,749	27,570	1.9	1.8	27,570	2002	1.9	1.6
7 Islândia	8.4	8.4	29,749	29,750	1.7	2.1	30,600	2001	3.1	5.2
8 USA	10,383.1	10,308.0	36,006	35,750	2.0	2.0	35,750	2002	2.6	1.6
9 Japão	3,993.4	3,425.1	31,407	26,940	2.6	1.0	26,940	2002	0.5	-0.9
10 Irlanda	121.4	42.5	30,982	36,360	4.4	6.8	36,360	2002	2.6	4.7
Desenvolvimento Humano Médio										
60 Macedônia	3.8	13.2	1,860	6,470	..	-0.7	7,350	1991	6.5	0.1
61 Panamá	12.3	18.1	4,182	6,170	1.0	2.5	6,510	2000	1.1	1.0
62 Bielo Rússia	14.3	54.8	1,441	5,520	..	0.2	5,520	2002	258.0	42.5
63 Tonga	0.1	0.7	1,347	6,850	1.9	2.2	6,850	2002	3.9	10.4
64 Maurício	4.5	13.1	3,740	10,810	4.6	4.0	10,810	2002	6.6	6.7
65 Albânia	4.8	15.2	1,535	4,830	0.3	6.0	4,830	2002	21.6	7.8
66 Bósnia Herz.	5.6	..	1,362	..	..	18.0	..	..	..	..
67 Suriname	1.0	..	2,199	..	-0.8	0.5	..	..	88.0	..
68 Venezuela	94.3	135.1	3,760	5,380	-1.0	-1.0	7,810	1977	43.2	22.4
69 Romênia	45.7	146.2	2,052	6,560	-1.1	0.1	6,810	1990	85.5	22.5
70 Ucrânia	41.5	237.3	851	4,870	-6.6	-6.0	9,550	1989	116.7	..
71 Santa Lucia	0.7	0.8	4,124	5,300	3.7	0.2	5,850	1998	2.6	1.6
72 Brasil	452.4	1,355.0	2,593	7,770	0.8	1.3	7,770	2002	134.1	8.4
73 Colômbia	80.9	278.6	1,850	6,370	1.5	0.4	6,720	1997	18.3	3.2
74 Omã	20.3	33.8	8,002	13,340	2.2	0.9	13,710	2001	-0.1	-0.7
75 Samoa (Ocid.)	0.3	1.0	1,484	5,600	..	3.2	..	..	3.7	8.1
76 Tailândia	126.9	431.9	2,060	7,010	5.2	2.9	7,080	19964.3	0.6	
77 Arábia Saudita	188.5	276.9	8,612	12,650	-2.5	-0.6	23,980	1977	0.7	-0.5
78 Cazaquistão	24.6	687.4	1,656	5,870	..	-0.7	5,920	1990	45.6	5.9
79 Jamaica	7.9	10.4	3,008	3,980	0.4	-0.1	4,060	1991	19.7	7.1
80 Libano	17.3	19.4	3,894	4,360	3.6	3.1	4,520	1997	..	..

Fonte: ONU – Organização das Nações Unidas
Performance Econômica.
Human Development Report 2004
*GDP = PIB = Produto Interno Bruto
**PPP = PPC = Paridade do Poder de Compra

...PARA TER ACESSO AOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA UM PADRÃO DE VIDA NORMAL...								
19	Gastos Públicos em Educação (% do PIB)		Gastos Públicos em Saúde (%PIB)		Gastos Militares (%PIB)		Total do débito em Serviços (%PIB)	
	Prioridades no Gasto Público							
	1990	1999-2001	1990	2001	1990	2002	1990	2002
Rank HDI								
Desenvolvimento Humano Alto								
1	Noruega	7.1	6.8	6.4	6.8	2.9	2.	..
2	Suécia	7.4	7.6	7.6	7.4	2.6	1.9	..
3	Austrália	5.1	4.6	5.3	6.2	2.1	1.9	..
4	Canadá	6.5	5.2	6.8	6.8	2.0	1.2	..
5	Holanda	6.0	5.0	5.7	5.7	2.5	1.6	..
6	Bélgica	5.0	5.8	6.6	6.4	2.4	1.3	..
7	Islândia	5.4	6.0	6.8	7.6	0.0	0.0	..
8	USA	5.2	5.6	4.7	6.2	0.9	1.0	..
9	Japão	..	3.6	4.6	6.2	0.9	1.0	..
10	Irlanda	5.2	4.3	4.8	4.9	1.2	0.7	..
Desenvolvimento Humano Médio								
60	Macedonia	..	4.1	9.2	5.8	..	2.8	..
61	Panamá	4.7	4.3	4.6	4.8	1.3	..	6.5
62	Bielo Rússia	4.9	6.0	2.5	4.8	..	1.4	..
63	Tonga	..	5.0	3.7	3.4	..	..	1.7
64	Maurício	3.5	3.3	..	2.0	0.3	0.2	6.5
65	Albânia	5.8	..	3.3	2.4	5.9	1.2	..
66	Bósnia Herz.	..	..	..	2.8	..	..	..
67	Suriname	8.1	..	3.5	5.7	..	..	..
68	Venezuela	3.0	..	2.5	3.7	1.8	1.4	10.3
69	Romênia	2.8	3.5	2.8	5.2	4.6	2.3	(.)
70	Ucrânia	5.2	4.2	3.0	2.9	..	2.9	..
71	Santa Lucia	..	7.3	2.1	2.9	..	..	1.6
72	Brasil	..	4.0	3.0	3.2	1.9	1.6	1.8
73	Colômbia	2.5	4.4	1.2	3.6	2.2	4.2	9.7
74	Omã	3.1	4.2	2.0	2.4	16.5	12.3	7.0
75	Samoa (Ocid.)	3.4	4.5	2.8	4.8	..	..	4.9
76	Tailândia	3.5	5.0	0.9	2.1	2.3	1.4	6.2
77	Arábia Saudita	6.5	..	..	3.4	12.8	9.8	..
78	Cazaquistão	3.2	..	3.2	1.9	..	1.0	..
79	Jamaica	4.7	6.3	2.6	2.9	..	..	14.4
80	Líbano	..	2.9	..	..	7.6	4.7	3.5

Fonte: ONU – Organização das Nações Unidas

Prioridades no Gastos Públicos

Human Development Report 2004

*GDP = PIB = Produto Interno Bruto